

UNIVERSIDADE FEEVALE

DANIELA CRISTINA MENTI

**MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM NOVA
MILANO - FARROUPILHA (RS): MEMÓRIAS DE
MULHERES ÍTALO-BRASILEIRAS**

Novo Hamburgo

2019

**MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM NOVA
MILANO - FARROUPILHA (RS): MEMÓRIAS DE
MULHERES ÍTALO-BRASILEIRAS.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Schemes

Novo Hamburgo

2019

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Menti, Daniela Cristina.

Manifestações culturais em Nova Milano – Farroupilha (RS):
memórias de mulheres Ítalo-Brasileiras / Daniela Cristina Menti. –
2019.

104 f. ; il. Color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações
Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2019.

Inclui bibliografia.

"Orientadora: Profa. Dra. Claudia Schemes".

1. Memória. 2. Mulheres. 3. Imigração Italiana. 4. Cultura. 5.
Identidade. I. Título.

CDU 325.14(450:816.5)

Bibliotecária responsável: Tatiane de Oliveira Bourscheidt – CRB 10/2012

DANIELA CRISTINA MENTI

Defesa do Mestrado Acadêmico em Processos e Manifestações Culturais, com título “Manifestações culturais em Nova Milano - Farroupilha (RS): memórias de mulheres ítalo-brasileiras.”, submetida ao corpo docente da Universidade Feevale e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) como requisito total para obtenção do grau de Mestra em Processos e Manifestações Culturais.

Aprovado por: _____
Profa. Dra. Cláudia Schemes (Orientadora)
Universidade Feevale

Prof. Dr. Daniel Conte (Banca Examinadora)
Universidade Feevale

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero (Banca Examinadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Atravessamos o mar Egeu
Um barco cheio de Fariseus
Com os Cubanos
Sírios, ciganos
Como Romanos sem Coliseu

....

Onde está
Meu irmão sem irmã
O meu filho sem pai
Minha mãe sem avó
Dando a mão pra ninguém
Sem lugar pra ficar
Os meninos sem paz
Onde estás meu Senhor
Onde estás?
Onde estás?

(Diáspora – Tribalistas)

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Profa. Dra. Claudia Schemes, por me acompanhar nos meus propósitos.

Agradeço também à Profa. Dra. Anelise Rublescki, que me acompanhou com paciência e dedicação no início da minha trajetória no mestrado, chegando de “paraquedas” no curso e sempre respondendo meus e-mails desesperados de madrugada.

Agradeço à Profa. Dra. Denise Castilhos de Araújo, que foi minha orientadora durante a Iniciação Científica e que me incentivou a seguir no mestrado.

A todos os professores do PPG Processos e manifestações Culturais, em especial ao Prof. Dr. Daniel Conte que, por meio de uma disciplina ministrada durante as férias, proporcionou-me inspiração suficiente para eu redirecionar os rumos desta pesquisa.

Agradeço aos professores que compuseram a Banca de Qualificação, Prof. Dr. Daniel, já citado aqui, mas também o Prof. Dr. Antônio de Ruggiero por ter aceitado o convite e pelas sábias considerações e sugestões realizadas.

Aos meus colegas de pesquisa que juntos trocávamos ideias na biblioteca À CAPES, pelo incentivo, sem o qual este estudo não teria se realizado.

Aos meus pais, meus cachorros e meus amigos que sempre estiveram comigo durante esta caminhada.

Por fim, a todas as pessoas que de alguma forma se fizeram presentes nesse percurso importante.

Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre as memórias de mulheres descendentes de imigrantes italianos com recorte na região de Nova Milano e seus arredores localizados na cidade de Farroupilha, antiga colônia de Caxias do Sul. Busca-se analisar, mediante as narrativas dessas mulheres, manifestações culturais que formam a cidade de Farroupilha. Dessa forma, realiza-se um estudo memória dessas mulheres, através de algumas categorias de análise, sendo elas: família, educação e festividades como manifestações culturais. Posto isso, como questão a orientar a análise, parte-se da seguinte indagação: de que modo o estudo de narrativas de mulheres descendentes de imigrantes italianos podem esclarecer as manifestações culturais encontradas em Farroupilha? Nesse sentido, é objetivo geral analisar a participação de mulheres descendentes de famílias italianas nas manifestações culturais na cidade de Farroupilha. Primeiramente, é feita uma análise no contexto histórico da Itália durante a sua Unificação e as consequências que esse processo acarretou em relação ao fluxo migratório. Escolheu-se estudar esses processos através da narrativa de mulheres por estas serem protagonistas deixadas de lado em muitos estudos sobre o tema, seus relatos fornecem pistas para entender as estratégias dos imigrantes para se adaptarem e construírem identidades contraditórias e diversificadas. No que se refere ao gênero e ao papel da mulher na colônia, apresentam-se estudos que articulam os papéis de gênero e o patriarcalismo presente naquela sociedade. Além disso, apresentam-se diversos aspectos da vida familiar na colônia, bem como lazer, religiosidade e a indumentária. A metodologia de análise das entrevistas das mulheres dá-se por uma abordagem qualitativa, que utilizou alguns recursos da história oral e da análise de conteúdo.

Palavras-chave: Memória. Mulheres. Imigração Italiana. Cultura. Identidade

ABSTRACT

This dissertation presents a study about the memories of women descendants of Italian immigrants with a cut in the region of Nova Milano and its surroundings located in the city of Farroupilha, former colony of Caxias do Sul. In this way, a memory study of these women is carried out, through some categories of analysis, being: family, education and festivities as cultural manifestations. Having said this, as a matter of guiding the analysis, we can start this paper with the following question: how can the study of narratives of women descended from Italian immigrants clarify the possible cultural hybridism found in Farroupilha? In this sense, it is a general objective to discuss the participation of women descendants of Italian families in the cultural formation of the city of Farroupilha. Firstly, an analysis is made of the historical context of Italy during its Unification and the consequences that this process has had in relation to the migratory flow. It was chosen to study these processes through the narrative of women because they are protagonists left behind in many studies on the same subject, their reports provide clues to understand the strategies of immigrants to adapt and build contradictory and diversified identities. With regard to gender and the role of women in the colony, studies are presented that articulate the gender roles and the patriarchies present in that society. In addition, various aspects of family life in the colony are presented, as well as leisure, religiosity and clothing. The methodology of analysis of women's interviews is based on a qualitative approach, which used some oral history resources and content analysis.

Keywords: Memory. Women. Italian Immigration. Culture. Identity

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA EM FARROUPILHA	16
2.1 A Unificação da Itália e seus resultados	16
2.2 A imigração italiana para o Brasil	23
2.3 Nova Milano: o berço da colonização italiana.....	27
3 AS MULHERES NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA	33
3.1 Organização familiar na Região de Colonização Italiana (RCI)	33
3.2 Violência de Gênero	39
3.2.1 Violência de gênero e dominação masculina.....	Erro! Indicador não definido.
3.3 A gravidez e os relacionamentos amorosos na RCI	42
3.4 Mulheres e a educação na RCI.....	46
3.5 Indumentárias na RCI	48
4 NARRATIVAS DE MULHERES DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS.....	57
4.1 Categoria de análise: família.....	60
4.2 Categoria de análise: educação	72
4.3 Categoria de análise: festividades.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DA ITÁLIA ANTES DA UNIFICAÇÃO.....	17
FIGURA 2 - LA VELOCE NAVIGAZIONE ITALIANA.....	21
FIGURA 3 - RÉPLICA DOS PASSAPORTES - PRAÇA DE NOVA MILANO	28
FIGURA 4 - NA ESQUERDA: IGREJA DE NOVA MILANO COM A RÉPLICA DA MADONINA DI DUOMO. NA DIREITA, MADONINA DI DUOMO ORIGINAL (MILÃO – ITÁLIA).....	30
FIGURA 5 - RÉPLICA DO LEÃO ALADO DE SÃO MARCOS.....	30
FIGURA 6 - ESCOLA SANTA CRUZ E SEUS ALUNOS EM 1930.....	48
FIGURA 7 - BAILARINOS DO GRUPO I PICCINI DI MILANO EM 1994	51
FIGURA 8 - ENTRAÍ, 2002	52
FIGURA 9 - A ETERNA GRÁVIDA.....	54
FIGURA 10 - A JOVEM ÍTALO-BRASILEIRA.....	55
FIGURA 11 - A VIÚVA	56
FIGURA 12 - CÔMODA ITALIANA	78
FIGURA 13 - CAPITEL SÃO ROQUE EM LINHA BOÊMIOS	82
FIGURA 14 - CAPITEL SANTO ANTÔNIO, LINHA BOEMIOS	82
FIGURA 15 - CAPITEL EM SETE COLÔNIAS.....	83
FIGURA 16 - CAPITEL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO.....	83
FIGURA 18 - BORDADO PARA CELEBRAÇÕES NATALINAS, 1943	87
FIGURA 19 - BORDADO PARA DOMINGOS	88
FIGURA 20 - GRUPO NEI TEMPI DEL FILÓ.....	90
FIGURA 21 - PÃES EM FORMA DE POMBINHA	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Emigração italiana: 1870 - 1970 (em milhões)	15
Quadro 2 - Emigração italiana: 1870 - 1970 (em milhões)	17
Quadro 3 - Colônias Primitivas e seus municípios atuais	18
Quadro 4 - Mulheres proprietárias e responsáveis pela propriedade 1884 – 1924.....	29

LISTA DE SIGLAS

ENTRAI – Encontro de Tradições Italianas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RCI – Região de Colonização Italiana

*Dalla Italia noi siamo partiti
Siamo partiti col nostro onore
Trentasei giorni di macchina e vapore,
e nella Merica noi siamo arriva'.*

...

*E alla Merica noi siamo arrivati
no' abbiam trovato nè paglia e nè fieno
Abbiam dormito sul nudo terreno
come le bestie andiam' riposar
(La Mèrica – Angelo Giusti*

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o fenômeno da imigração no Brasil é imprescindível para compreender as diversas manifestações culturais no país. Assim sendo, este estudo tem como foco a região sul do Brasil, especificamente o Rio Grande do Sul, devido ao fluxo migratório de pessoas provindas da Itália entre 1875 e 1930, tornando-se um assunto que merece ser discutido.

Os primeiros imigrantes que chegaram no Rio Grande do Sul estabeleceram-se na atual região de Nova Milano, na cidade de Farroupilha. Naquela época, ambas cidades pertenciam à Colônia Caxias do Sul. Em decorrência das imigrações, a Região Nordeste do Rio Grande do Sul é com frequência tratada, por diversos pesquisadores, como Região de Colonização Italiana (RCI), abreviando para a sigla RCI, que será utilizada ao longo deste trabalho.

Para compreender a questão da formação cultural de Nova Milano, é preciso contextualizar a situação da Itália antes dos movimentos migratórios. A situação que o país encarava na recém Unificação Italiana era de greves, crises econômicas, crise agrária e difíceis condições para os trabalhadores rurais que se viam perdendo suas safras e seus empregos com o avanço do capitalismo. A solução encontrada pelo governo italiano foi facilitar que este excedente de pessoas emigrasse para as Américas.

A situação no Brasil, sobretudo na região Sul, coincidiu de modo positivo com a crise italiana. Com o processo de abolição da escravatura, que acontecia aos poucos desde 1850, seria necessária mais mão de obra no país, de preferência que fosse barata. Com isso, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de navios partidos, em particular, do porto de Gênova para o Brasil. No caso do Rio Grande do Sul, mais um fator influenciou o grande número de italianos chegados: a colonização de terras devolutas que não se desenvolveram pela colonização de iniciativa privada.

Os melhores lotes de terra do Rio Grande do Sul já haviam sido povoados pelos imigrantes alemães, os quais iniciaram o processo de imigração em 1824. Eles foram ocupando as terras próximas ao Rio dos Sinos (atual São Leopoldo, Novo Hamburgo e regiões próximas). Para os imigrantes italianos, sobraram as terras no topo da serra, com mata fechada e difícil acesso.

Assim, chegaram em Nova Milano as três famílias pioneiras: os Radaelli, os Crippa e os Speraffico. Com a chegada delas e, em seguida, de outras, foram trazidos os costumes de suas regiões, bem como dialetos, festividades, crenças, técnicas de plantio, orações, costumes, ou seja, memórias.

Esses costumes misturam-se aos de imigrantes provindos de outras regiões da Itália. Alguns mesclaram-se com características locais e formaram, assim, uma nova forma de cultural híbrida. Sob esse viés de memória/cultura híbrida, esta pesquisa aborda questões referentes à imigração italiana na cidade de Farroupilha, evidenciando identidade e memória por meio de relatos de mulheres descendentes de imigrantes italianos.

Como objeto deste estudo, elegemos mulheres com mais de 70 anos, que residem na área rural da cidade de Farroupilha, especificamente nos arredores de Nova Milano, distrito onde os primeiros imigrantes italianos instalaram-se. A questão norteadora desta pesquisa é: de que modo as memórias de mulheres descendentes de imigrantes italianos ajudam a compreender as manifestações culturais da cidade de Farroupilha?

As mulheres que estiveram presentes na história do Brasil, assim como em outros países do mundo ocidental, sempre estiveram à sombra de seus pais, maridos e irmãos. Quando se fala da imigração italiana no Rio Grande do Sul, tem-se o cenário da colonização patriarcal de base familiar. Durante anos, a mulher desempenhou o papel delegado pelos homens, mantendo-se em silêncio e aceitando sua condição de “inferioridade” como algo natural.

As mulheres que fazem parte deste estudo compõem a terceira geração de imigrantes que chegaram no Brasil entre 1875 e 1920. São pessoas com um grau de escolaridade, que em algum momento da vida foram casadas e tiveram filhos. Optou-se por não revelar o nome das entrevistadas, pois suas identidades não são necessárias para a compreensão do estudo e, também, por questões éticas, a fim de manter a privacidade das fontes.

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, bem como o rompimento com a ideia de que o objeto histórico e o passado seriam algo totalmente estático e inapto de ser reinterpretado em função do presente abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Sobre isso, Ferreira (2002, p. 315) diz que,

A valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado.

A abordagem da história oral utilizada nesta pesquisa é a que privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar um entendimento de fatos subjetivos do grupo estudado. Ferreira (2002) pontua que, conseqüentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e para a apresentação de elementos

que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. Busca-se o subjetivo, as falas daquelas que não foram caladas, mas que, na verdade, nunca foram ouvidas.

A preservação da memória é outro ponto importante a ser mencionado como parte da justificativa deste projeto. Preservar a memória é resguardar a identidade de uma sociedade. Para o sociólogo Halbwachs (1968, p.29): "A memória não é factual ela é reconstruída". Reconstruir a memória desse grupo social, que tanto fez pelo desenvolvimento da cidade, é um exercício árduo, mas considerável para o reflexo da memória coletiva e do entendimento da participação desse grupo no cenário cultural de Farroupilha.

São resgatadas as memórias traumáticas dessas mulheres, o resgate destas é relacionado a eventos históricos pressupondo-se uma luta política em torno do significado e da representação dos fatos ocorridos. De acordo com Pollack (1982), essa ferida na memória, que é o próprio trauma, manifesta-se usualmente na incredulidade do próprio narrador diante do que tem a dizer. Estas memórias traumáticas descritas por Pollack serão vistas nas entrevistas das mulheres.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa não foram caladas ao longo dos anos. Na verdade, elas nunca foram ouvidas e por diversos motivos. Muitas acreditam que, nas palavras delas, o que têm a dizer “não seja tão interessante”, ou que “ninguém vai acreditar por que já faz tanto tempo” e “afinal, acontecia com todo mundo, então não têm nada de mais”. Sempre inquietou-me perceber que as mulheres dessa comunidade contassem suas memórias, logo, o ato de ouvir as suas memórias traumáticas fez com que elas materializassem as palavras e pudessem entender a importância desse narrar no desenvolvimento cultural de Farroupilha.

Desse modo, esta investigação está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, a revisão bibliográfica busca aprofundar a compreensão dos processos históricos que resultaram nos movimentos migratórios de italianos para o Brasil, tendo como principal aporte teórico Bertonha (2005), Carnieri (2013), Valério (1959), Trento (1988), Ruggiero (2011; 2016). Será feita uma revisão de literatura sobre o campo, evidenciando o cenário da Itália que resultou na imigração em massa para o Brasil, bem como o contexto histórico em que o Brasil, com ênfase no Rio Grande do Sul, se encontrava na época.

No segundo capítulo, a revisão bibliográfica volta-se para o estudo de como era socialmente posicionada a mulher nas colônias, pontuando costumes, vestimentas, comportamento e o patriarcalismo na colônia. Para tanto, esse capítulo norteia-se pelos autores De Boni; Costa (1975), Giron (1998), Pozenato, Ribeiro (2004). Ainda, para discutir a

importância da indumentária como manifestação cultural, foram utilizadas as pesquisas das historiadoras da moda Zattera (2011) e Crane (2009).

No que se refere a uma visão geral do papel da mulher no Brasil, foram estudadas diversas obras de Mary Del Priore, como *História de Amor no Brasil* (2005) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (2013). Por fim, para discutir questões relacionadas ao gênero, papéis de gênero, violência de gênero e subordinação feminina, foram utilizadas as pesquisas de Scott (1989), Nicholson (2000) e Bordieu (2014).

Na terceira sessão, são descritos e analisados alguns fragmentos de memória, resultados de uma etnografia realizada com mulheres residentes em área rural, precisamente na Linha Boêmios-Nova Milano. O estudo realizado buscou memórias de família, genealógicas e de vínculos comunitários e religiosos com essas mulheres descendentes diretas de imigrantes italianos. Questões como educação, costumes, religião e casamentos foram levantadas, resultando em uma discussão analisada por diversos autores. Para tal, o aporte teórico constituiu-se sobre questões que permeiam o tema “memória”, são embasadas com os estudos de Halbwachs (2013) e Pollack (1989; 1992).

Os contatos foram feitos de modo direto e informal, a partir de um vínculo de conhecimento de uma das autoras que reside na comunidade em si estudada, e foram divididos em três categorias de análise: família, educação e festividades.

2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA EM FARROUPILHA

Para introduzir a temática da imigração italiana em Farroupilha, será feita uma revisão bibliográfica sobre processos imigratórios de italianos para a região Sul do Brasil. Para tal, é preciso compreender os processos que levaram à formação de Farroupilha como uma cidade, bem como foram criadas as colônias na RCI.

A formação de colônias no Rio Grande do Sul ocorreu a partir de meados do século XIX, devido a dois motivos: o primeiro deles por causa da grande crise agrária europeia aliada aos processos de Unificação do Estado Italiano, que será discutido ao longo deste capítulo; o segundo refere-se ao estado imperial brasileiro, o qual desenvolveu políticas de povoamento de terras devolutas, tentando atrair mão de obra para as províncias, como tentativa de sanar uma política de colonialismo ineficiente.

2.1 A Unificação da Itália e seus resultados

É preciso olhar ainda mais para o passado para entender os processos emigratórios de italianos no estado do Rio Grande do Sul, considerando a configuração político-territorial da Itália, a qual, sofreu grandes modificações territoriais provenientes do Congresso de Viena de 1814, que visava redesenhar o mapa político da Europa, após a derrota da França napoleônica no ano anterior. Com os acordos consolidados, a atual região da Itália ficou dividida em oito reinos independentes, sendo que alguns deles eram controlados pela Áustria, como podemos verificar no mapa a seguir representado na figura 1.

Figura 1 - Mapa da Itália antes da unificação.



Fonte: João Fábio Bertonha (2005, p. 45).

Para que houvesse a expulsão dos austríacos e uma possibilidade de unificação do Estado Italiano, surgiram diversos movimentos revolucionários ao longo do território. O Império austríaco exercia um forte domínio sobre os italianos. Segundo o historiador João Fábio Bertonha (2005, p. 19), “as motivações dos estadistas piemonteses e dos que os apoiavam eram mais ideológicas e culturais do que econômicas”. O Vêneto e a Lombardia também estavam sob o forte domínio austríaco que foram anexados ao Império. Bertonha (2005, p. 20) retoma que os pequenos ducados da Itália central (Parma, Lucca, Módena, Toscana) foram entregues a nobres da casa real Habsburgo.

Junto às insurgências de grupos revolucionários, surgia um forte sentimento nacionalista, e as revoluções vinham sendo organizadas por classes sociais emergentes em diversas regiões, como a burguesia, intelectuais, profissionais liberais e, principalmente, trabalhadores pobres. Conforme afirma De Ruggiero (2011), a vontade de renascer era antiga desde a queda do Império Romano ocidental (476), quando a península ficou dividida. Existia,

na região, uma ideia de Itália ainda frágil, baseada em um conjunto de tradições culturais compartilhadas, principalmente, na fé religiosa comum.

Essas revoltas aconteceram por diversas motivações: além do pretexto econômico que os italianos viam a respeito dos austríacos, o Império era malvisto, assim, as revoluções ocorriam “não apenas por um problema nacional, mas porque, ao estrangeiro, eram associadas todas as forças do atraso que, pelo pensamento da época, impediriam a liberdade e o progresso na península” (BERTONHA, 2005, p. 45).

Outro motivo que agravou o processo de unificação dos reinos italianos, segundo esse mesmo autor, foi a busca pela liberdade cultural, pois o “ultraconservadorismo dos Habsburgo, e a falta de liberdade político-cultural e o autoritarismo” (BERTONHA, 2005, p.46) do Império austríaco estavam cada vez mais fortes na sociedade. De Ruggiero (2011) sublinha que os democratas imaginavam a Itália como uma república unitária, baseada no princípio da igualdade e da soberania popular. Para isso, acreditavam que era preciso fazer uma insurreição popular contra o poder estabelecido.

O *Risorgimento*, como ficou conhecido o processo de unificação dos reinos italianos, foi essencial para que se desse início ao processo migratório das massas para novos territórios fora da Europa. A busca pela liberdade política e pela independência foram as forças que transformaram o território atual da Itália. Segundo Carnieri (2013, p. 25), “o desejo de livrar-se da dominação estrangeira opressora reunia basicamente os que estavam diretamente sob o domínio austríaco ao norte e espanhol ao sul da península”. Para De Ruggiero (2011), foi graças ao *Risorgimento* que foi possível a criação de uma nação feita de cidadãos, em vez de súditos, e que, nos anos seguintes, seria reconhecida na Europa como uma média potência econômica e política.

A crise italiana, que resulta da diferenciação entre reinos e regiões, é muito importante para compreender no decorrer deste estudo, o comportamento de famílias de imigrantes italianos nas colônias brasileiras, pois, segundo Bertonha (2005), os emigrantes sofreram com a complexidade da comunicação, uma vez que eles não se enxergavam como compatriotas, enfrentando, desse modo, preconceitos e barreiras linguísticas e culturais.

A unificação da Itália influenciou o êxodo de tantos italianos graças à implantação do capitalismo, conforme afirma Bertonha (2005, p. 79), “a Itália se formou como mercado capitalista unificado, o que permitiu a entrada da concorrência capitalista no campo e acentuou a crise camponesa”. O processo de industrialização e a mercantilização do campo na Itália foi tardio e mais fraco, se comparado ao resto da Europa, mas teve efeitos semelhantes ao de outros países. Com isso, milhares de pequenos produtores rurais viram-se incapazes de competir com

os grandes produtores e as únicas opções eram definhar de fome, trabalhar nos grandes centros ou a emigração.

Os habitantes do campo ficavam, praticamente, entregues apenas à produção agrícola, a qual tinha diversos anos de safras ruins, o que fez com que surgissem novos obstáculos, como a mecanização de latifúndios e a entrada da concorrência de produtos estrangeiros. As elevações dos impostos acompanhados pela redução do preço dos produtos agrícolas resultaram numa rápida deterioração da situação do campo.

Conforme (De Boni; Costa 1979), outro fator que alavancou a crise foi que, como a dieta da população estava condenada pelas péssimas colheitas, o surto de malária e a predisposição para inúmeras doenças cresceu, dizimando um considerável número de pessoas do campo e desestabilizando as famílias.

Essa nova situação econômica foi inicialmente sentida no norte da Itália, nas atuais regiões do Piemonte, Lombardia e Vêneto, que são as responsáveis pela primeira grande onda de emigração para as Américas. Os habitantes da região meridional passaram a deixar suas terras apenas em 1901. É relevante mencionar, também, que a emigração era um negócio que gerava lucros. Sobre isso, De Boni (1979, p. 65) diz que “a emigração não significou para as autoridades italianas uma catástrofe, mas a curto prazo, um alto negócio [pois] livrou o país de milhões de deserdados”.

Aliada à industrialização rural, outra razão que impactou a sociedade foi o crescimento populacional fora de controle que, de acordo com Bertonha (2005, p. 49), passou de “28 para 36 milhões de habitantes entre 1880 e 1914”. Por conseguinte, faltava comida, dinheiro e, principalmente, empregos. As grandes navegações, também, influenciaram o processo da Imigração italiana para o Brasil. O eixo da economia europeia foi se deslocando de modo gradativo para o Atlântico, fazendo com que algumas regiões europeias se transformassem em concorrência com os mercados italianos, como explica Carnieri:

Ao mesmo tempo, algumas regiões do norte da Europa, como Inglaterra e Holanda, começaram a exercer forte concorrência aos produtos manufaturados da península Itálica. As repúblicas da península perderam a capacidade de exercer uma política própria, com seus territórios se tornando foco de disputas entre as potências europeias. Na verdade, a península se tornou um território colonial das potências imperiais do continente. (CARNIERI 2013, p. 12).

O governo italiano não fazia esforços com políticas que combatessem os latifúndios do sul da Itália, aumentando ainda mais a dificuldade que os camponeses enfrentavam. Esses

motivos, agravados pela peculiar economia do período, foram os fatores decisivos para levarem o grande número de italianos a procurar refúgio em outro lugar a partir de 1870.

É interessante pontuar que o período da pós-unificação Italiana foi marcado pela desestruturação de algumas das formas tradicionais de viver em comunidade e pelo rompimento de antigas práticas de assistência fornecidas pelos padres das pequenas paróquias. Os problemas sociais traziam insegurança, atingindo tanto os sacerdotes quanto as pequenas famílias (Vendrame, 2017). O desejo de encontrar um local onde pudessem defender um ideal de comunidade motivou a partida de grupos de imigrantes, os quais eram liderados por sacerdotes insatisfeitos com a realidade social, política e religiosa da Itália.

Além dos fatores relacionados à situação política italiana, não é possível desconsiderar o cenário dos países que atraíam esses contingentes de pessoas. Segundo Herédia e Romanato (2017), no que diz respeito aos italianos, já existia a prática de emigrar antes da grande emigração, o que facilitou em muitas situações o deslocamento de pequenos povoados por completo para as portas da emigração. Um exemplo, na Colônia Caxias, é o caso do padre Dom Domenico Munari que chegou ao Rio Grande do Sul liderando um grupo de 275 vindos da comuna de Feltre, região do Vêneto, província de Beluno. (RECH; RECH, 1996).

Se na Europa o cenário não era tão favorável para os pequenos trabalhadores, o Novo Mundo demandava muita mão de obra. De acordo com Bertonha (2005, p. 80), os fatores decisivos para o impulso global na demanda de trabalhadores foram: “o fim da escravidão nas antigas colônias europeias na América, a difusão da sociedade industrial por todo o mundo e a constituição de Estados independentes no continente americano”. Com isso, a demanda por mão de obra era muito alta nas lavouras, construção civil e nas indústrias.

A abolição da escravatura no Brasil também é considerada um fator de impulso na imigração, segundo Valério (1959, p. 397), uma vez que “o fim da escravatura forçou o governo brasileiro e os fazendeiros a uma política de intensificação da emigração a fim de combater a crise agrária que ameaçava o país”. Visto que, com a Proclamação da República, em 1889, as províncias tornaram-se estados autônomos, responsabilizando-se pelo subsídio aos emigrantes, o fluxo emigratório cresceu exponencialmente, sobretudo para as fazendas cafeeiras de São Paulo.

Foi grande, também, o interesse das companhias de navegação na imigração europeia para a América. A classe dos armadores de navios tinha, de fato, encontrado no transporte de emigração uma fonte de financiamento que permitiu se consolidarem, nos últimos vinte anos do século XIX a sua posição no âmbito dos setores emergentes do capitalismo italiano: aquele da indústria siderúrgica e os setores de mecânica naval (CASTRONOVO, 1990) Como ficou

documentado nos atos da Comissão de inquérito da marinha mercantil (1881-1882), foi graças às concessões feitas pelo governo à Associação Marítima Lígure que os armadores genoveses conseguiram inserir-se no mercado de transporte de emigração (TONIZZI, 2000).

As subvenções asseguravam à economia marítima financiamentos regulares e consistentes. Segundo Molinari (2002, p. 22) “com a proteção do Estado as companhias de navegações genovesas adquiriram maior estabilidade financeira transformando as estruturas empresariais com a participação de um mercado diversificado, industrial e financeiro”. Na figura 2, pode-se ver uma propaganda da companhia de navegação *La Veloce*.

Figura 2 - *La Veloce Navigazione Italiana*

LA VELOCE
 SOCIETÀ ANONIMA NAVIGAZIONE ITALIANA A VAPORE
 CON SEDE a GENOVA
 Capitale autorizzato e versato L. 11.800.000.

VAPORI CELERI POSTALI PER LE AMERICHE

Partenze regolari da NAPOLI PER New-York direttamente da NAPOLI per RIO-JANEIRO SANTOS E BUENOS-AYRES direttamente da NAPOLI	18 NOVEMBRE 1906	Città di Napoli <small>Stazza lorda T. 1125 - tonni 2666 - Veloc. 13,84 miglia ora-derivata del viaggio giorni 11</small>
	22 NOVEMBRE 1906	Città di Genova SOPPRESSA <small>Stazza lorda T. Per lire</small>
PER MONTEVIDEO E BUENOS-AYRES con trasbordo a GENOVA	29 OTTOBRE 1906	BRASILE <small>Stazza lorda 3279-tonni 3328 velocità 13,17 miglia ora-derivata del viaggio giorni 15 Scalo: Barcellona Cadice e Tenerife (senza toccare Montevideo)</small>
	12 NOVEMBRE 1906	SAVOIA <small>Stazza lorda 2579-tonni 3262 Veloc. 13,26 miglia-derivata del viaggio giorni 19 Scalo: Barcellona, Las Palmas e Montevideo</small>
	29 NOVEMBRE 1906	CITTA DI MILANO DIRETTAMENTE DA NAPOLI <small>Stazza lorda T. 6943 - tonni 2574 Veloc. 13,70 miglia ora-derivata del viaggio giorni 23 - Scalo Tenerife (senza toccare Montevideo)</small>
	26 NOVEMBRE 1906	ITALIA <small>Stazza lorda T. 3266 - tonni 3331 velocità 13,09 miglia ora-derivata del viaggio giorni 18 1/2 Scalo: Barcellona Cadice e Tenerife (senza toccare Montevideo)</small>
Per l'AMERICA CENTRALE con trasbordo a GENOVA	29 OTTOBRE 1906	VENEZUELA <small>Stazza lorda T. 3332 tonni 7.227-Veloc. oraria miglia 14,25 Itinerario del viaggio da Genova a Trinidad giorni 17-La Cayena 18-Puerto Cabello 20 - Caracas 22-Puerto-Columbis (Cuba) 23 - Puerto-Lopez 25-Colon 26-vaggio a Panama e Managua, Barcellona e Tenerife</small>

Fonte: História da Vida Privada no Brasil, 1998.

A propaganda da companhia marítima *La Veloce* é uma das diversas que existiram. Nota-se, no topo da imagem, a ilustração de um grande navio com o título “Vapores postais rápidos para a América”. Também são vistas as datas de partida e os locais de parada do navio.

Entende-se que a emigração ajudou a aliviar uma grave crise econômica, acompanhada de tensões sociais em várias nações europeias. Ou seja, os movimentos migratórios para as Américas serviram como um escape da crise europeia, formando, assim, os novos territórios para as famílias. Sobre isso, a historiadora Núncia Constantino (2012) diz que a liberdade de emigrar foi ratificada pela lei de 1888, que vigorou até o alvorecer do século XX, e, dessa forma, os governantes italianos livraram-se do excedente populacional e durante muito tempo continuaram a ver nos imigrantes cidadãos de segunda categoria.

Entre 1870 e 1970, aproximadamente 26 milhões de pessoas deixaram a Itália para viver em outros países. Só no Brasil, foram 1,5 milhões deles. Dos dados existentes, Bertanha (2005, p. 88) fornece um quadro com números do fluxo de imigrantes italianos no período de 1870 a 1970.

Quadro 1 - Emigração italiana: 1870 - 1970 (em milhões)

Estados Unidos	5,6
França	4,1
Suíça	3,0
Argentina	2,9
Alemanha	2,4
Brasil	1,5
Império Austro – Húngaro	1,1
Canadá	0,6
Bélgica	0,5
Austrália	0,4
Venezuela	0,2
Grã – Bretanha	0,2
Europa	12,5
América e Austrália	11,5

Fonte: Quadro desenvolvido por Bertanha, 2005, p.82.

Pode-se observar, no Quadro 1, que o país que mais recebeu imigrantes é os Estados Unidos, e que houve uma divisão relativamente uniforme entre a Europa e a América/Austrália.

O autor ressalta que estes números devem ser avaliados com cuidado, pois são registros de italianos que apenas entraram no novo país, não trazendo um panorama daqueles que, por ventura, retornaram à sua pátria natal.

Desses 1,5 milhões de imigrantes italianos no Brasil, entraram no Rio Grande do Sul cerca de 100 mil italianos, relativamente jovens. Entre os adultos da Colônia Caxias, 2/3 dos homens tinham entre 20 e 45 anos; as mulheres, entre 20 e 40 anos (GIRON, 1976 apud De BONI e COSTA, 2000, p.25).

2.2 A imigração italiana para o Brasil

A preocupação de formar uma nação não era exclusividade dos europeus. No Brasil, o principal obstáculo à formação da nacionalidade foi o preconceito contra a população indígena e negra. De acordo com Possamai (2017, p. 30), “o modelo de estado nacional a ser copiado era o europeu, portanto a nação deveria ser de origem europeia. Essa ideia é tão antiga quanto os primeiros movimentos nativistas, surgidos ainda antes da independência política do país”.

O Rio Grande do Sul foi o estado que teve uma grande participação da imigração europeia no século XIX. Tanto a alemã quanto a italiana foram importantes para ampliar as atividades econômicas que, até então, estavam centradas nos latifúndios, contribuindo na futura industrialização do estado.

É preciso pontuar que a demanda de italianos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, quase que em totalidade, veio para ser proprietária de terras e colonizar as chamadas “terras devolutas” e os lotes posicionados geograficamente em locais de difícil acesso. Eram terras que não tinham uma destinação pública definida, e não estavam sendo utilizadas pelo Estado. São, portanto, as terras que não estão sob o domínio privado e, tampouco tinham uma destinação pública. Sobre isso, Constantino (2011, p. 3) afirma que a “imigração colonizadora consiste na maior reforma agrária realizada no país, que transformou a fisionomia política, econômica e social do sul do Brasil, com reflexos na agricultura, industrialização, urbanização, na cultura”. Enquanto que em São Paulo alguns tenham se estabelecido em núcleos coloniais, a esmagadora maioria, sobretudo no início do século XX, veio para suprir a mão de obra nas fazendas cafeeiras.

É preciso diferenciar as fazendas cafeeiras das colônias: uma área denominada como fazenda é uma propriedade rural destinada à prática da agricultura, piscicultura e pecuária; já a colônia é uma porção de terra com densas matas virgens, animais selvagens e, por vezes, com

a presença de bugres, como eram chamados os nativos tupi-guarani que habitavam essas terras. Outra diferença é que nas colônias do Sul os italianos se tornam proprietários enquanto nas fazendas de café eles permanecem como assalariados.

Assim, depreende-se que as autoridades entendiam o ingresso de agricultores europeus como um dos fatores para o progresso agrário e, conseqüentemente, civilizatório, da província. A importação de trabalhadores considerados mais “evoluídos”, em outras palavras, brancos e europeus, poderia representar a diminuição da criminalidade na província na opinião das autoridades, fato que há muito preocupava os presidentes. Concernente a isso, Iotti (2003, p. 7) diz que:

Dois importantes fatores estimularam a participação da iniciativa privada na introdução de imigrantes europeus: a Lei n. 581 de 04 de setembro de 1850, que extinguiu o tráfico negreiro para o Brasil e a Lei n. 601 de 18 de setembro do mesmo ano, conhecida como Lei de Terras, determinando que, a partir daquela data, as terras só poderiam ser adquiridas através da compra.

No período imperial brasileiro, o governo enfrentava dificuldades em colonizar as áreas mais distantes dos grandes centros, principalmente na região Sul. A estratégia do Império de privatizar as colônias, ou seja, dar autonomia à iniciativa privada subsidiada pelo governo central, não funcionou e, segundo Trento (1988, p. 77), “os empresários particulares demonstraram-se totalmente inaptos para desempenhar a tarefa, se é verdade que, das 96 colônias criadas entre 1846 e 1860, 60 delas desapareceram sem deixar sinal”. Nota-se que a razão do fracasso desse modelo colonial foi a total inexperiência dos administradores somada à carência de capital e organização.

Diante dos péssimos resultados obtidos pela falha de colonização particular, o Império decidiu criar leis que favorecessem a vinda de mão de obra para o interior do país. A primeira lei foi instituída em 1867, responsabilizando o governo de arcar com os custos dos que se mudassem para o Brasil desde terras, insumos para a produção agrícola, moradia provisória até uma pequena quantia em dinheiro para cada integrante da família, conforme descrito na Lei Orgânica de 19 de janeiro de 1867, resumida por Trento:

As principais obrigações que o governo assumia eram: 1) a viagem paga do porto do Rio de Janeiro até o núcleo colonial; a atribuição de um lote de terra a famílias de emigrantes, mas não a indivíduos desacompanhados. Cada lote de terra tinha 60 hectares, depois diminuídos para 48 e 25; O lote podia ser pago em 5 prestações anuais com juros após a primeira colheita (...) A família recebia uma casa provisória, sementes, plantas, ferramentas agrícolas e mantimentos gratuitos para os dez primeiros dias; como regalia em 1876, o governo concedia uma quantia correspondente a 56 libras e 80 centavos para cada membro da família entre 10 e 50 anos (TRENTO, 1988, p. 78).

Mesmo com os esforços do governo imperial em fazer leis que seduzissem os emigrantes, um dos fatores que muito pesou na vinda para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foi o clima da região ser muito semelhante ao da Itália, o que possibilitava o possível cultivo dos mesmos produtos que eles já tinham conhecimento de plantio e colheita.

Como afirmado anteriormente, considera-se o início da colonização italiana o ano de 1875. Utiliza-se os dados do governo do Rio Grande do Sul, os quais mostram o número de emigrantes que chegaram no estado entre 1882 a 1914, compondo um total de 66.901 pessoas, como pode ser visto no Quadro 2. Esse quadro, desenvolvido por Ceni (2003, p. 131), apresenta o número de emigrantes que entraram no Rio Grande do Sul entre 1882 e 1914, totalizando 66.901 pessoas no estado.

Quadro 2 - Emigração italiana: 1870 - 1970 (em milhões)

Anos	Total	Italianos	% do total	Anos	Total	Italianos	% do total
1882	3.549	3.205	90,3	1898	1.613	989	61,3
1883	4.402	3.735	84,9	1899	2.556	1.070	41,9
1884	1.985	1.345	67,7	1900	1.503	745	49,6
1885	8.286	7.600	91,7	1901	1.315	631	48,0
1886	3.354	2.325	70,1	1902	847	359	42,4
1887	5.236	4.362	81,9	1903	743	305	41,0
1888	4.927	4.241	86,1	1904	837	296	35,4
1889	9.787	7.578	77,4	1905	963	247	25,6
1890	19.485	2.701	13,9	1906	1.013	449	44,3
1891	20.739	9.440	45,5	1907	754	239	31,7
1892	8.526	7.523	88,2	1908	4.117	355	8,6
1893	2.795	1.503	53,8	1909	5.955	397	6,7
1894	855	424	49,6	1910	3.583	425	11,9
1895	2.329	947	40,7	1911	7.790	657	8,4
1896	3.095	917	29,6	1912	7.7000	467	6,1
1897	1.431	690	48,2	1913	9.890	477	4,8
				1914	2.632	230	8,7
Total do período					154.682	66.901	43,25

Fonte: Italianos no Brasil (CENI, 2003, p. 131).

Segundo Trento (1988, p.85), os imigrantes italianos, ao chegarem no Brasil, “encontraram as terras férteis e melhores já ocupadas pela colonização alemã que iniciara em 1824”. As famílias italianas ficaram com os piores lotes, com mata fechada e localizadas na

encosta da serra. São três as famílias que se instalam em 1875¹: os Crippa, Radaelli e Speraaffico, as quais fundaram o núcleo de Nova Milano, que é o *loco* deste estudo.

Com o intuito de receber os novos colonos, o Império passou a criar colônias de povoamento:

No período de 1822 a 1830, D. Pedro I deu prosseguimento à política de criação de núcleos coloniais praticada por seu pai, D. João VI. Pela constituição de 1824, o imperador reservou para si a questão da colonização, interessando-se, 'pessoalmente, pelo povoamento e pela exploração de novas regiões do Brasil, por brancos não portugueses'. Foi responsável pela implantação de um projeto colonizatório destinado a ocupação e à defesa de parte do território nacional, em oposição aos interesses imediatistas dos grandes proprietários, preocupados em garantir para si os escassos recursos do Estado. (IOTTI, 2003, p. 04).

As condições das colônias italianas eram piores do que as das colônias alemãs. Segundo o escritor Jean Roche (1969, p. 195);

As antigas colônias italianas, povoadas somente a partir de 1874, foram estabelecidas na parte superior da borda da Serra, acima das velhas colônias alemãs. Seu relevo é acidentado, seu clima, mais fresco e úmido, seu solo, exposto a uma erosão mais intensa. A produção agrícola e as trocas estavam nelas submetidas, portanto, a condições ainda mais severas que nas regiões teuto-brasileiras”.

Além dos problemas enfrentados com a divisão das terras, havia um cenário de total desorganização na colônia, desde a ociosidade aguardando a distribuição dos lotes de terra, até os atrasos nas demandas de sementes para o plantio. As terras, em sua grande parte, eram inférteis, ou tinham o acesso dificultado aos mananciais, fazendo com que o colono enfrentasse diversos desafios na sua sobrevivência. Além disso, outra dificuldade era quando a diferença entre a “experiência e hábito dos imigrantes que constituíam toda a sua bagagem técnica, nem sempre servirem de ajuda no novo contexto” (TRENTO, 1988, p. 91). No quadro abaixo, tem-se as colônias primitivas e seus municípios atuais.

Quadro 3 - Colônias Primitivas e seus municípios atuais

Colônia Primitiva	Municípios Atuais
Colônia Caxias	Caxias do Sul Flores da Cunha Farroupilha

¹ Existem registros de italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul alguns anos antes, estas informações estão registradas por Vania Herédia nas Fontes Diplomáticas, disponíveis na biblioteca da Universidade de Caxias do Sul ou em seu diretório online: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>

	São Marcos
Dona Isabel	Bento Gonçalves
Conde d'Eu	Garibaldi Carlos Barbosa
Antônio Prado	Antônio Prado
Alfredo Chaves	Veranópolis Nova Prata Nova Bassano
Guaporé	Muçum Guaporé Serafina Correa Casca
Encantado	Encantado Nova Bréscia

Fonte: Os italianos do Rio Grande do Sul (DEBONI; COSTA, 1979, p.78)

Observa-se que a Colônia Caxias se divide em quatro cidades atuais: Caxias do Sul, Flores da Cunha, São Marcos e Farroupilha. Na região de Nova Milano, que é o foco de estudo desta pesquisa, localiza-se na cidade de Farroupilha.

Farroupilha só se emancipou da colônia de Caxias do Sul em 1934, por isso, é preciso falar um pouco desta colônia que foi a primeira a ser habitada. Como a presença de nativos na região era visível, o trecho ficou conhecido como “campo dos bugres²”. Em meados de maio de 1875, chegaram as primeiras famílias, provenientes de *Olmate*, província de Milão, e se instalaram no barracão dos imigrantes, na atual Nova Milano.

Em 1877, os colonos que se situavam na conjunção de Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (Garibaldi), deram ao local o nome de Nova Vicenza. Em 1934, foi elevada a município, compondo-se de dois distritos de Caxias do Sul, um de Bento Gonçalves e um de Montenegro.

2.3 Nova Milano: o berço da colonização italiana

A colônia tinha três sedes, isto é, núcleos que eram subdivididos em lotes urbanos menores para formar a base das projetadas vilas. A sede principal chamava-se Dante, as outras duas se chamavam Nova Trento e Nova Milano, essa última, na época, constituída por cinco ruas (BATTISTEL; COSTA, 1982).

² O nome Campo dos Bugres foi dado em referência aos nativos que habitavam a região chamados de “*bulgheri*”. (DEBONI; COSTA, 1979, p. 78).

Nova Milano é o quarto distrito de Farroupilha, Rio Grande do Sul, localizado a, aproximadamente, 100 quilômetros da capital Porto Alegre. De acordo com dados do IBGE, no censo realizado em 2008, estimava-se que a população era de 3.258 habitantes, sendo 1.184 da zona urbana e 2.074 da zona rural. Como Nova Milano é um distrito do município, ele abriga diversas comunidades do interior, como, por exemplo: Linha Boêmios, Linha Machadinho, Linha Amizade, São Miguel, São João, entre outras. A história de Nova Milano teve início em maio de 1875, quando, vindos da região de Milão, chegaram as três primeiras famílias de colonizadores citadas anteriormente.

Aproximadamente 110 famílias de italianos chegaram a Farroupilha nessa época, mas logo foram transferidas para povoar o Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul), a sede da colônia. Somente as três famílias citadas se estabeleceram em Nova Milano.

Comprando colônias de 24 hectares, cada um foi parar em uma localidade e prosperou de maneira diferente: a família *Radaelli* estabeleceu-se em Nova Milano; os *Crippa* foram para o Travessão Milanês, localidade hoje conhecida como Linha Amizade; e a família *Sperafico* instalou-se em São Miguel.

A importância cultural de Nova Milano é tão forte na cidade de Farroupilha que, em 1985, o prefeito Wilson João Cignachi solicitou a confecção das réplicas dos passaportes dos patriarcas das primeiras famílias italianas que chegarem na região, para serem expostas na praça central de Nova Milano, onde se encontrava o Barracão, construção que serviu de pousada para eles. Nesse monumento consta os dizeres: “a comunidade farroupilhense presta homenagem às famílias pioneiras da imigração italiana no Rio Grande do Sul – Crippa, Radaeli e Sperafico, pelo exemplo de coragem e trabalho legado”. A figura 3 é uma foto desse monumento.

Figura 3 - Réplica dos passaportes - Praça de Nova Milano



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

A forte fé católica era o que dava esperança aos colonos em meio às dificuldades das terras recém-desbravadas. Todos esses indivíduos estavam em um contexto social e econômico muito semelhante e, mesmo que não houvesse um sentimento de italianidade entre eles próprios, resultados do processo de *Risorgimento* no qual nem o idioma era o mesmo entre as famílias, tinha-se o catolicismo como um forte elo. Com a religião sendo o âmago da colônia italiana, criou-se o sentimento de identidade e pertencimento.

Sobre isso, De Boni e Costa (1980, p. 235) afirmam que,

o que os unia não era o sentimento de pátria, pois a Itália recém unificada implantou um Estado Moderno, para os imigrantes “pagão e subversivo”, que substituiu o papa pelo rei e deu as costas para a sua situação; nem mesmo a língua, pois cada grupo falava seu próprio dialeto, mas sim a religião.

Ainda sobre a importância do clero na colônia, Possamai (2005, p. 92) descreve a importância do sacerdote como um líder supremo na colônia:

A Igreja Católica foi para o campesinato italiano, o que o Estado nacional foi para burguesia emergente e o que foram os sindicatos e os partidos políticos para o proletariado urbano. Na Igreja se formavam os quadros dirigentes do campesinato, para qual o padre não era somente um sacerdote, mas também um líder intelectual. A moral camponesa era a moral católica e a verdadeira autoridade reconhecida por essa grande parcela da população era o clero.

Em 1916, a igreja da colônia, Santa Helena da Cruz, foi construída pelos imigrantes. Seu interior foi pintado com afrescos e a réplica da *Madonina Duomo*, santa que orna uma das torres da catedral Duomo de Milão, um dos símbolos da cidade, e reforça o sentimento dos imigrantes de pertença com a nova terra, como pode ser visto na figura 4.

Figura 4 - Na esquerda: Igreja de Nova Milano com a réplica da *Madonina di Duomo*.
Na direita, *Madonina di Duomo* Original (Milão – Itália)



Fonte: Prefeitura Municipal de Farroupilha

A ligação de Nova Milano com a Itália ainda é muito forte, sendo que foi doada pelo governo italiano uma réplica (figura 5) do Leão Alado de São Marcos, símbolo da cidade de Veneza.

Figura 5 - Réplica do Leão Alado de São Marcos



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

Próximo ao monumento, há diversas placas representando as mais variadas regiões italianas e há uma gôndola veneziana original desta cidade. Esses monumentos estão localizados no Parque Centenário da Imigração Italiana, construído em 1975 para homenagear o centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Apesar das tantas dificuldades impostas aos emigrantes, o legado cultural deixado por eles é de grande importância. Como supracitado no estudo, os emigrantes italianos chegavam com suas esposas e filhos trazendo consigo costumes e tradições. Muitos destes costumes foram preservados entre as gerações, alguns podem ser vistos nas festas de comunidade, associações culturais e, principalmente, na memória de muitos deles, como será visto nos próximos capítulos.

A partir dessas informações a respeito da imigração italiana para o Brasil, pode-se entender que a comunidade que se estabeleceu na RCI forma um sistema cultural, o qual se caracteriza não apenas por meio de traços culturais diferenciados, mas de certas condições ambientais (POZENATO; RIBEIRO, 2004).

No que se refere à imigração italiana, no sul do país, duas destas condições foram fundamentais: a primeira condição é a de “um ambiente geográfico próprio, que determinou tanto a criação de uma cultura adequada a ele como a diferenciação, baseada num relativo isolamento, com relação a outros ambientes geográficos” (POZENATO; RIBEIRO, 2004, p. 19) O isolamento aconteceu de fato, quando as melhores terras na encosta dos rios ficaram com os imigrantes alemães chegados em décadas anteriores. Os imigrantes italianos estabeleceram-se na encosta da serra, um ambiente geográfico que dificultava o contato com centros urbanos, ou mesmo com outras colônias de imigrantes.

Frosi e Mioranza (1975) destacam que a divisão dos grupos nas colônias do Rio Grande do Sul não seguiu critérios étnico-linguísticos por muito tempo. Tal desorganização resultou na formação de comunidades com identidades mistas, que decorreu no desaparecimento de alguns dialetos e na criação de novos, como foi o caso do *talian*, dialeto falado até hoje no *locus* de pesquisa. Essas duas características apresentadas são responsáveis pela formação do sistema cultural da RCI estudada.

A junção de grupos culturalmente diferentes em áreas isoladas dos centros urbanos, onde o uso do português não se fazia necessário, fez com que os dialetos se misturassem e alguns dialetos menores se dissolvessem dentro de dialetos maiores. Isso também aconteceu com diversos costumes que iam, desde técnicas de plantio, vestimentas, orações e canções até festas comunitárias.

3 AS MULHERES NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA

Para iniciar este capítulo, é interessante mencionar Constantino (2006, p.65): “o papel da mulher na imigração foi sempre irritantemente um assunto masculino”, sob esse viés, compreende-se que as mulheres das comunidades de origem italiana tiveram suas vidas marcadas por diversos processos importantes que constituem uma memória social. Primeiro, faz-se necessário definir o que se entende por hibridismo cultural nesta investigação.

Como já abordado, o sentimento de italianidade não era forte entre os recém-chegados, pois os imigrantes sentiam-se expulsos de uma Itália falida que não se importava com seus filhos³ (DE BONI, 1979). O que se encontra na região de Farroupilha, como será apresentado nas entrevistas do capítulo três, é o resultado do hibridismo de costumes vênetsos, lombardos e trentinos, que, lentamente, foram abrindo espaço para outras formas culturais.

3.1 Organização familiar na Região de Colonização Italiana (RCI)

As famílias eram numerosas, pois muitos filhos seriam a garantia do sustento por meio da força braçal na lavoura, envolvendo até as mulheres e as crianças nessas atividades. Geralmente, as mulheres costumavam voltar para a casa um pouco antes dos homens para acender o fogo e começar o preparo da refeição. A ela também cabia a função do trato dos animais, tirar leite, preparar o queijo, cuidar da horta, organizar da casa e a educação moral e religiosa dos filhos pequenos (DE BONI; COSTA, 1979).

A divisão sexual do trabalho demarcava-se nitidamente nos primeiros tempos da colônia (DE BONI; COSTA, 1979). Os homens se ocupavam do trabalho do campo, dos parreirais da estrebria, dos paióis, das cantinas, das matanças dos porcos, carneiros, reses, do preparo do salame, da conservação das carnes salgadas, defumadas, charqueadas, lavrar e dirigir carroças, chamadas de “*slitas*”, eram serviços exclusivamente destinados aos homens.

Segundo Bassanezi (2013), na pequena propriedade rural dos núcleos coloniais, o trabalho da mulher imigrante é semelhante ao da colona do café. Tanto na propriedade rural da RCI como nas fazendas cafeeiras de São Paulo, o chefe da família, que também é o dono da

3 Os slogans “*Morte ai padroni, evviva la Mérica!*” (Morte aos patrões e viva a América!) era comum. De Boni (1979, p. 107) traz uma poesia popular oral que era um dos cantos de despedidas dos navios que partiam para o novo mundo, mostrando a infelicidade deles com a Itália. “*Noi italiani lavoratori/ Allegri andaimo nel Brasile/ E voialtri d’Italia Signori/ Lavoratelo il vostro badile/ Se volete mangiare*”.

terra, é quem determina as atividades que devem propiciar a manutenção da família e a garantia da propriedade da terra.

De Boni e Costa (1979) descrevem como funções femininas aquelas que eram voltadas ao lar, educação dos filhos e algumas tarefas na lavoura, como o trato dos animais e produção de alimentos com os insumos, como a fabricação do queijo e da manteiga. Para Bassanezi (2013), as mulheres participam com os outros membros da família do preparo das lavouras, do plantio, trato, cultivo e colheita de culturas temporárias e permanentes, além disso, deveriam dar conta dos afazeres domésticos.

As mulheres, segundo Bassanezi (2013, p. 89),

assumem todas as atividades da propriedade quando os homens, para aumentar a renda familiar, buscam trabalhos fora, na construção de ferrovias, na abertura de picadas e clareiras para a fixação de novos imigrantes. As mulheres mais jovens e as adolescentes dos núcleos coloniais também se empregam em “casas de família” como criadas ou costureiras.

A gerência do dinheiro da família dificilmente passava pela mão da mulher, dado que esta era considerada incapaz de tal administração. Estudos como o de Giron (2008), sobre as proprietárias de terras na colônia de Caxias do Sul, apontam como a mulher era mais econômica que o homem, revendendo as sobras da produção da horta para ter um dinheiro extra, enquanto o homem gastava sem maiores preocupações em jogos, bodegas e nas festas da comunidade.

Segundo Bassanezi (2013), com mais liberdade de locomoção que nas fazendas cafeeiras, as mulheres dos núcleos coloniais localizados próximos às cidades vendem aí os produtos de suas terras: ovos, galinhas, leite, queijos, legumes, frutas, feijão. Até nos domingos a mulher trabalhava, enquanto o homem podia desfrutar do lazer, segundo Giron (2008, p. 30) “no domingo, quando o homem descansava, jogando e bebendo com os amigos no salão da capela, a mulher ocupava-se da lavagem de roupas da família”.

Às mulheres também cabiam outras atividades que não lhes eram lucrativas, como a produção dos ricos enxovais que suas filhas deveriam ter para quando arrumassem um marido. Dessa forma, a divisão do trabalho desigual entre o homem e a mulher não estava relacionada apenas à força física, mas às determinações existentes no núcleo da família.

Giron (2008) define os papéis de cada integrante da família: ao homem, cabe o papel de proprietário da terra, chefe de família e dono da casa; à mulher cabem os papéis de mãe, doméstica e auxiliar geral; e aos filhos, a obediência, o trabalho e a subalternação como membro da família.

A numerosa família da colônia garantiria a prosperidade e os filhos são considerados uma extensão das terras do patriarca, ou seja, são eles que irão trabalhar nelas e, possivelmente, herdá-las. Por isso, era preciso que o homem encontrasse uma mulher forte e trabalhadora que poderia garantir a existência da prole e a realização de todos os trabalhos. Giron (2018, p. 36) compara a escolha da esposa com o cuidado com a escolha de uma terra: “ambas deveriam produzir riquezas e filhos. Tanto a terra quanto as mulheres deveriam ser férteis e reproduzir as sementes plantadas pelo homem”.

A mentalidade patriarcal e de supremacia masculina fez com que se generalizassem conversas e desabonos às mulheres comunicativas, alegres e extrovertidas, amantes de festas, de músicas e amizades.

De Boni e Costa (1978, p. 124) reúnem em seu estudo alguns dizeres comuns dialetais que reforçam estas relações de poder. “*Una brava donina la fá sú el leto ala mattina. La dona cosi, cosi, lofá al mezzodia. La dona mussata lo fa quando che la mete dô la culata⁴*”. Outro ditado comum na colônia refletindo que todo o marido deve ser rigoroso com sua esposa é “*Una dona e um bacalá, lé mai pestá assá*”, ou seja, mulher e bacalhau nunca são pisados o suficiente.

O casamento era o momento em que a mulher saía da tutela do pai para a do marido. Muito esperado pelas moças, era preciso seguir alguns passos para que se obtivesse a aprovação dos pais de ambos os lados do casal. É preciso entender que a extensão natural da família é o grupo vicinal, que tem grande importância na vida na colônia, comparando-se ao grupo parental, como afirmam De Boni e Costa (1979, p. 208):

O casamento seguia o caminho comum da amizade, do namoro, entre jovens do grupo vicinal ou da mesma comunidade da linha ou capela. Com pequena mobilidade interna, o namoro facilmente acontecia por ocasião dos encontros dominicais, na própria capela, ou podia surgir entre jovens de capelas vizinhas, por ocasião das festas, enterros, comemorações ou viagens que proporcionavam o encontro entre moradores de diferentes núcleos.

É por meio do matrimônio que se constitui a família, importante elo identitário do imigrante e seus descendentes. A supervalorização da família pelo casamentos e batismos era necessária para criar vínculos de apadrinhamento com outras famílias. Sobre isso, Colbari diz que,

As práticas religiosas, e em particular algumas de suas instituições como o batismo e o casamento, que criavam vínculos de compadrio e parentesco, reafirmavam uma

4 Uma boa esposa arruma a cama pela manhã. A mulher mais ou menos o faz ao meio dia. A mulher displicente o faz ao deitar

identidade cultural e intensificavam a vida comunitária e a solidariedade grupal. A preservação da integridade do grupo familiar e da identidade sócio-cultural através do trabalho contínuo, obsessivo, garantia também a inserção na organização econômica e social da região. (COLBARI, 1997, p. 58).

Segundo Matté (2008, p. 93), o casamento na RCI “constitui um dos mais fortes discursos em relação à cultura do imigrante italiano. É através do matrimônio que se constitui a família, importante elo identitário do imigrante e seus descendentes”. O casamento é o ato que irá legitimar a união do casal, e a partir disso o sexo será permitido sem que a mulher seja desonrada.

De Boni e Costa (1979) descrevem casos de famílias as quais a mulher dava ordens para o marido. Para ridicularizar o fato do homem mandado pela mulher, equiparava-se o uso das vacas nos trabalhos na lavoura, por esta ser mais fraca que o boi, como é visto no dito popular “*Dove se ara com le vacche, comandano le femme*”, que em tradução livre significa: “onde se lavra com as vacas, comandam as mulheres”. Os homens que casassem com mulheres mais velhas, ou mesmo mulheres mais altas do que eles, recebiam comentários como “*la cesa pi alta del campanile*”, algo semelhante a “a igreja é mais alta que o campanário”.

Jussara Della Flora (2005, p. 102) diz que para a comunidade italiana, a “esposa ideal era aquela que tivesse a boca de porco, ou seja, não se importasse com a comida, e as costas de asnos, para suportar qualquer trabalho”. A importância da mulher colona em relação ao lar era muito forte, conforme este fragmento do jornal *Il colono italiano*, de 1913, apresenta:

A casa é o ninho de todos os afetos, a fonte de todos os bens, a mestra de todas as mais belas ações. Um povo é tanto mais honesto e civil quanto mais a ama e a honra [...] Mas da casa a rainha é a mulher. A mãe é a confidente e a mestra de seus filhos, a irmã é a doce mediadora, o anjo modesto que guia pelas vias suaves o ânimo dos irmãos à bondade. Esposa e filha, a mulher tem, entre as paredes domésticas, tarefas importantes e especiais, e de sua inteligência, de sua fidelidade e de seu cumprimento depende a felicidade de toda a família (Il Colono Italiano, 28 ago. de 1913. apud VALDUGA, 2007, p. 94).

A docilidade e submissão também eram características fundamentais na hora da escolha da moça para casar, conforme é visto em outro trecho do jornal *Il Corriere d'Italia*, de 1919: “Quando uma jovem mulher for bem educada e dócil, modesta e pia e souber educar seus filhos igualmente, qual obra de arte poderia haver no mundo maior que esta?”.

A descrição de como a mulheres deveria se portar dentro do lar educando seus filhos foi feita em 1913, no jornal citado, e em 1941 é reforçada quando o presidente Getúlio Vargas afirmava, pelo Decreto-Lei 3.200, de 19 de abril de 1941, que o Estado faria educar a infância e a juventude para a família:

devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne *afeiçoadas* ao casamento, *desejosas* da maternidade, *competentes* para a criação dos filhos e *capazes* na administração da casa. (BASSANEZI, 2011, p. 11).

Para um bom casamento, era necessário que o noivo não tivesse vícios, como alcoolismo ou vício em jogos de cartas, fosse um bom trabalhador, tivesse terras e que fosse cristão, assim como a futura esposa. A noiva, mulher trabalhadora, não deveria ser vaidosa, pois era sinal de preguiça, e sua vaidade poderia vir a gerar custos para o novo casal, ou mesmo despertar o desejo de outros homens. Desse modo, “ela deveria valorizar a resignação e a humildade, ser econômica e gerar filhos” (DE BONI; COSTA, 1979, p. 62).

Conforme afirma Perrot (2001, p. 250), “a família é um capital simbólico de honra. Tudo que arranha a sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça”, por isso a questão da virgindade da noiva era a maior preocupação dos pais que tinham cuidado redobrado sobre as filhas durante a fase do namoro, sobre este costume Fuchina (2009, p. 9) afirma:

Quando ocorriam defloramentos e o noivo não aceitava casar, a vítima ficava com sua honra comprometida, assim como sua família. Estava traçado para ela um futuro amargo, com o destino de ficar sozinha e servir de exemplo para outras moças para não seguirem o mesmo caminho. O casamento com o agressor era a única maneira de remediar o fato ocorrido.

Segundo Scott (2013, p. 12), o namoro deveria ser “sério” e não apenas um passatempo. Se assim o fosse, a moça correria o risco de ser malvista, rotulada como “fácil” e perderia a chance de arranjar “um bom partido”, isto é, um homem “sério e trabalhador” que pudesse prover as necessidades da futura esposa e mãe de seus filhos, mas cabia à mãe da noiva ensinar-lhe como ser uma mulher casada naquela sociedade.

A moral católica tem alguns preceitos básicos, sendo um deles a repressão do prazer sexual, considerado pecaminoso (MATTE, 2008). Segundo, a igreja, o sexo só pode ser relacionado com a procriação:

A moral dos imigrantes italianos foi rigidíssima, sobretudo no que se refere a sexo, namoro e casamento. Eram abominados os pecados e as pessoas que roubassem, matassem, pecassem contra a castidade. A blasfêmia era combatida tenazmente. Muitos alegavam que blasfemavam sem querer ou por vício. Os jejuns, as vigílias e os deveres para com a Igreja eram religiosamente observados. (BATTISTEL, 1981, p. 21).

Matté (2008, p. 68) retoma que o medo dos “castigos divinos pregados pelos discursos de sacerdotes nos confessionários, além de uma educação moral que proibia qualquer tipo de comentário sobre o sexo”, acabou gerando jovens que estranhavam os temas referentes ao sexo.

Em relação à viuvez, Bassanezi (2013, p. 87) diz que “na fazenda cafeeira, assim como nas áreas de pequena propriedade rural, as mulheres, ao perder o marido (por viuvez ou abandono), acabam por executar todas as atividades antes exercidas pelo homem chefe de família”. No entanto, elas não assumem seu próprio nome e são reconhecidas, por exemplo, como “Viúva Fulano de Tal em contratos assinados com as fazendas, nos livros Conta-Corrente ou em documentos da Diretoria de Terras em que vivem” (BASSANEZI, 2013, p. 88). Poucas passam a se identificar como pessoa autônoma e reassumir o nome de solteira.

A mulher só consegue se tornar proprietária de suas terras em três hipóteses: a primeira é quando receberem uma terra por herança devido ao falecimento do pai ou do marido; a segunda é no momento que a mulher é abandonada pelo marido; ou, então, quando o marido passa por alguma incapacidade física ou mental (GIRON, 2008).

Quadro 4 - Mulheres proprietárias e responsáveis pela propriedade 1884 – 1924

ANO	Proprietárias	Abandonadas	Maridos Incapazes
1884	60	0	0
1890	90	0	3
1895	72	0	7
1900	151	1	3
1905	158	5	6
1910	184	6	8
1915	282	8	10
1920	237	8	10
1924	281	8	10
TOTAL	1.515	36	54

Fonte: Giron (2008, p. 54).

O Quadro 4 apresenta o número de mulheres proprietárias ou responsáveis pela propriedade na colônia Caxias do Sul entre 1884 até 1924. Percebe-se que o número de mulheres abandonadas representa 2,37% do total de mulheres proprietárias, enquanto as mulheres que eram responsáveis pelas propriedades devido à incapacidade física ou mental do

marido representam 3,65% do total. Ou seja, aproximadamente 6% das mulheres proprietárias de terras não eram viúvas.

Segundo Giron (2008), existe o registro de apenas duas mulheres solteiras que herdaram a terra de seus pais. Esses registros são importantes, pois era possível que as mulheres nessa situação pedissem isenção de impostos junto à administração da colônia.

3.2 Violência de Gênero

Em relação à situação no resto do Brasil, Scott (2013, p. 9) descreve que por muito tempo, ao longo da história brasileira, os valores patriarcais que remontam ao período colonial foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do *pater familias*. Conforme Scott afirma em seu estudo: *O caleidoscópio dos arranjos familiares*,

Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer ao pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (SCOTT, 2013, p. 9)

Scott (2013) discute que o amor conjugal, por exemplo, não era uma meta, e o sexo era tolerado no matrimônio com o fim precípuo da procriação, sendo o prazer vetado às esposas. Segundo a autora, a satisfação buscada fora do leito matrimonial era permitida havendo, assim, uma dupla moral que os possibilitava exercerem sua sexualidade, enquanto às esposas cabiam as dúvidas e a ignorância sobre o assunto.

Para Cecília Mac Dowell Santos e Wânia Izumino (2005), essa sociedade patriarcal é responsável por um tipo de violência sofrida pelas mulheres, tanto na RCI, quanto no resto do país. Segundo elas, são três os motivos pelos quais a violência contra as mulheres decorre: a dominação masculina, que resulta na anulação da autonomia das mulheres; a dominação patriarcal, na qual as mulheres são vistas como vítimas do controle social masculino; e a dominação relacional, que considera serem as mulheres cúmplices da violência sofrida.

Sílvia Petersen (1986), ao analisar a construção da imagem feminina no Rio Grande do Sul, recorda que o imaginário positivista, fortemente marcado no Estado, conferia às mulheres a superioridade espiritual em relação aos homens, ou seja, atribuía-lhes, como funções fundamentais, a maternidade, a guarda do lar e a instrução dos filhos.

Esse cenário local não diferia muito da imagem das mulheres do restante do país que, até o século XIX, estavam inseridas em uma sociedade patriarcal. Segundo Magalhães, Araújo e Schemes (2013), com o advento da República e as transformações que daí resultaram, esse modelo patriarcal de família começou a mostrar sinais de fraqueza. A crescente urbanização e industrialização obrigou as mulheres a entrarem no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, sua participação na vida política e social começou a acontecer.

Um exemplo do patriarcalismo, não só na RCI como no meio urbano recorrente na sociedade dos anos 50, era com a moral e a sexualidade das moças. A proteção da honra da família estava fortemente ligada à virgindade da moça e como ela era vista por outras pessoas do seu círculo. Segundo a descrição de Bassanezi (2004, p. 510),

As moças de família eram as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem mal faladas. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes.

Fica claro num trecho de uma das depoentes o medo de que o pai achasse que as filhas não fossem mais virgens: “o pai ameaçava passar o facão na gente (ela e as irmãs) se achasse que nós *tinha se engraçado* com algum rapaz”. A mesma depoente conta que teve uma amiga que foi espancada pelos pais, pois descobriram que ela não era mais virgem, e a expulsaram de casa, tendo que ir morar numa “pensão na cidade⁵”.

Battistel (1981, p. 22) reforça que a honra da família dependia da virgindade da filha conforme afirma:

Se uma filha, por desventura caísse no “erro”, a família ficaria desonrada. Os pais, indignados, muitas vezes deseravam tal filha e a castigavam e reprimiam de uma ou outra forma. Uma moça assim era ridicularizada e apontada por todos. Se o fato, porém, não viesse ao conhecimento público passava por isso mesmo. Percebe-se a grande preocupação em salvar o nome da família.

Essa ligação da honra da família com a manutenção do corpo feminino, ou seja, a virgindade da filha, é um exemplo do papel de gênero que esta desempenhara. Para entender como funcionam os papéis de gênero, é preciso, primeiramente, entender o que é o gênero propriamente dito. Segundo a pesquisadora feminista Joan Scott (1989), o gênero é uma construção social, que pode ou não diferir do sexo biológico.

5 A pensão que a depoente se refere é um antigo prostíbulo que recebia muitas moças na mesma situação, viúvas ou mulheres abandonadas pelos maridos que precisavam se prostituir.

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideais, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, tudo aquilo que constitui as relações sociais. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas constrói o sentido desta realidade. (SCOTT, 1989, p. 15).

O conceito de gênero, diferente de "sexo", não demonstra explicitamente que existam desigualdades entre homens e mulheres. Essa concepção de pensamento é resultado da interpretação da hierarquia social decorrente de eventos do passado, que ainda é transmitida culturalmente por meio da repetição de ideais patriarcais inseridos na sociedade. Segundo Scott (1989), gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicitamente suas justificativas biológicas. As definições de gênero referem-se aos domínios estruturais e ideológicos que implicam a relação entre os sexos.

Todas as características psicológicas, funções, trabalhos ou fatores emocionais associados ao sexo biológico, macho ou fêmea, em determinada cultura, é considerado como um papel de gênero. Segundo Grossi (1998), esses papéis mudam de uma cultura para outra; a diversidade cultural tem mostrado que os papéis de gênero são diferentes conforme o lugar de estudo.

Com isso, entende-se a definição de papel de gênero como “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura”. A violência de gênero também pode ser associada a essa diferença proveniente dos papéis de gênero na sociedade

A violência de gênero, seja ela física, sexual, verbal, explícita seja camuflada em um relacionamento abusivo, é diretamente relacionada aos atos de manutenção de uma relação desigual de poder. É uma questão cultural que segundo se "situa no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força de dominação e potência contra as mulheres, sendo essas dotadas de uma virilidade sensível" (OLIVEIRA, 2010, p. 1). A violação do corpo, mente e dos direitos das mulheres é um ato de reafirmação do poder de dominação masculina.

De acordo com Bordieu (2014), a dominação que o homem exerce sobre a mulher é considerado algo natural, que não necessita de explicações. Observa-se que tanto na percepção social quanto na linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado.

Bourdieu (2014, p. 22) afirma que,

A força de ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visam legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça a: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos.

De acordo com Scott (1990), entende-se que a fonte das relações desiguais entre os sexos é, afinal de contas, as relações entre os sexos. Essa diferenciação é histórica, desde o início dos tempos foi a base das relações de poder social e exerce influência direta na construção e na delimitação do papel do homem e da mulher em nossa cultura.

Encontra-se nessa falta de necessidade da legitimação da dominação masculina, um determinismo biológico que já foi citado e criticado por Linda Nicholson (2000, p. 23):

Tal compreensão do relacionamento entre biologia, comportamento e personalidade, portanto possibilitou às feministas sustentar a noção, frequentemente associada ao determinismo biológico, de que as constantes da natureza, são responsáveis por certas constantes sociais, e isso sem ter que aceitar uma desvantagem que se torna crucial na perspectiva feminista, e de que tais constantes não podem ser transformadas.

Para Nicholson (2000), o denominado por ela de "determinismo biológico" é um conceito comumente aplicado só a contextos em que um fenômeno não é afetado por qualquer variação no contexto cultural. Em apoio ao estudo de Nicholson sobre o determinismo biológico, encontra-se outra escritora feminista, Janice Raymond, que no estudo *Passion for Friends*, explicitamente rejeita que somente a biologia é a causa da especificidade das mulheres:

As mulheres não têm uma vantagem biológica em relação as qualidades mais humanas da existência humana, nem biológica em relação ao homem; antes simplesmente, do mesmo modo como qualquer contexto cultural distingue um grupo de outro. A 'alteridade' própria às mulheres vem da cultura das mulheres. (RAYMOND, 1986, p. 21).

Ambas autoras rejeitam o determinismo biológico como forma de pensamento, em que a mulher naturalmente nasce com atributos físico, e intelectuais inferiores ao homem.

3.3 A gravidez e os relacionamentos amorosos na RCI

As questões que envolvem o tema gravidez e nascimento eram restritos às rodas de conversas de mulheres. Não cabia ao homem entender sobre anatomia do corpo feminino e outras superstições que eram comuns ao seu respeito. Menstruação, andamento da gravidez, alterações hormonais, o ato de partejar era confidenciado para uma amiga próxima ou vizinha de confiança.

É preciso lembrar que o estado de gravidez ou a *quarentina* (quarenta dias após o parto) não significava que as mulheres interrompessem seus afazeres na lavoura. Segundo

Bassanezi (2013, p. 84), “a gravidez não é empecilho para que deixem de trabalhar e não são raros os casos de darem à luz no cafezal”. Diversos depoimentos relatam mulheres que sofreram abortos espontâneos a roça, ou adoeceram por infecção no útero.

O parto acontecia geralmente no quarto do casal e era um evento que permitia somente a presença feminina de amigas íntimas. Quem tinha sorte, recursos, ou tempo, conseguia a presença de uma parteira para fazer o nascimento do bebê. O pudor feminino era tanto que muitas mães faleciam por ocasião do parto, uma vez que muitas passavam por infecções no útero, ou outras doenças provenientes de uma tentativa de aborto malsucedida.

Matté (2008, p. 88) apresenta casos de parteiras que induziam abortos com chás ou ferramentas domésticas, o que muitas vezes resultava na morte da mulher. Sempre reforçado pela família e pela Igreja, o corpo da mulher era sinônimo do pecado original, tornando qualquer assunto referente às suas alterações orgânicas um grande tabu.

Junto à gestação, eram comuns as superstições, muitas delas plantadas pelo padre da paróquia, como a proibição de mulheres no sexto mês de gestação saírem de dentro de casa à noite ou frequentarem alguma festa ou baile, pois que a criança nasceria sem os membros. Muitas foram as histórias relatadas pelas mulheres entrevistadas sobre os mitos em torno do nascimento, como a ideia de que era preciso que enfaixassem os recém-nascidos do pescoço até os pés, com longas faixas apertadas, para que assim fosse evitado de ficarem “tortos” ou deformados.

As benzedoiras tiveram muita importância na época das gestações, como afirma Boscatto (1994, p. 41):

Os benzedores também tinham grande fama entre os primitivos colonos. Quase todos eles eram caboclos, mulatos ou luso-brasileiros, que passavam por aqui ou que se empregavam como peões nas propriedades dos colonos mais abastados. Isto ocorreu somente no início do século, porque, no princípio, os imigrantes não queriam ter contato com gente estranha. Por volta da década de 20, mais ou menos, começaram a surgir os primeiros benzedores filhos de italianos.

Algumas entrevistadas definem as benzedoiras ou benzedores como *strioni* ou *strie* (bruxo ou bruxa) e comentaram que acreditavam em seus poderes para que ajudassem os bebês que nasciam magrinhos, com o desenvolvimento cognitivo um pouco atrasado em relação aos irmãos, era dito terem sido amaldiçoado pelo *Mal do Simiot* (doença do símio).

Geralmente a criança sofria de desnutrição e suas feições deformavam-se, lembrando as feições do animal, quando era chamada a benzedeira ou o padre da paróquia para benzer a criança. Segundo o conhecimento popular visto em alguns depoimentos, outra atividade que

poderia deformar o feto durante a gestação era se a mulher guardasse em sua mente imagens de medo ou infortúnio. Era recomendado que a gestante não tomasse sustos, pois também deixaria sequelas no filho.

A entrevistada X3 trabalha com benzeduras na região há mais de 50 anos, e quando questionada sobre as benzeduras durante a gravidez, assustada, avisa: “você jamais deve se benzer se estiver grávida, pois isso mexe com todos os órgãos dentro de ti e principalmente com o bebê, eu jamais benzo grávidas”.

Essa crença é reforçada pela depoente X4:

a minha madrastra, depois que engravidou foi muitas vezes se benzer e o nenê nasceu com problema, ele nasceu com um problema muito grave no canal da garganta e o doutor Y falou que isso aconteceu por que ela foi se benzer. Se tu tá grávida e for se benzer, tu tens que reforçar, só me benze nas costas, nunca na frente, senão o bebê vai nascer deformado. Mesmo após 3 cirurgias e faleceu.

A depoente X3, comenta em tom de alerta que grávidas jamais devem cruzar por uma cerca, uma vez que isso faz com que o cordão umbilical enforque o bebê, e caso ela o fizer, imediatamente deve fazer o caminho oposto para evitar o enforcamento do feto. O mesmo acontece se a mulher passar embaixo de uma escada.

De Boni (1979) traz algumas superstições vistas na colônia, mas é importante salientar que estas superstições não são generalizadas, e cada comunidade e família têm as suas:

Para evitar que o cordão umbilical estrangulasse o pequeno em gestação, a mãe, ao passar debaixo de uma escada ou sob um fio esticado deveria abaixar-se e passar sem olhar pra trás, afim de evitar o estrangulamento do filho pelo cordão umbilical. Pela mesma razão as mães gestantes não deviam levar qualquer colar, apenas uma medalha ou um escapulário (DE BONI, 1979, p. 217).

Durante a quarentena era vetado às mulheres que podiam desfrutar do período completo para o repouso ou que lavassem os cabelos, pois resultaria em loucura ou depressão pós-parto. Era preciso que deixassem os trabalhos pesados de lado, alimentando-se de sopas com muito caldo de galinha (*brodo*). Era uma obrigação das vizinhas e parentes da nova mãe dar uma bela galinha gorda para que lhe fossem feitos os caldos que ajudariam na sua recuperação.

A depoente X3 afirma que durante a quarentena, ou puerpério, ela ainda é muito procurada para realizar simpatias para que a criança cresça sadia e com ossos fortes, que evite

o *quebrante*⁶. Muitos dos pais pedem para que ela faça orações por uma boa safra na lavoura e proteção da família.

Ainda sobre a quarentena, existe a superstição que uma mulher que esteja menstruada não deve participar do abate dos animais e muito menos na preparação da carne do animal, em razão de que isso fará com que a carne estrague. A depoente X2 lembra que, às vezes, ela mentia sobre estar menstruada para evitar o trabalho no abate, tendo tarefas mais leves assim.

Já o lazer reservado para as mulheres era diferente do lazer dos homens. Para estes, as atividades, como a caça e a pesca, eram um costume; já para os jovens, um importante evento era a época de malhar o trigo. Segundo De Boni (1979), a trilhadeira era motivo de encontro e festa, porque exigia a presença de famílias diferentes, comida e bebida abundantes e, unindo vários italianos comendo, bebendo e cantando, transformava-se em festa até o árduo trabalho de trilhagem do trigo.

As formas de lazer e de diversão das populações urbana e rural da RCI não se resumiam à missa ao domingo. De acordo com Matté (2008, p. 75), “os cafés e as bodegas eram espaços preferencialmente masculinos, onde os homens reuniam-se diariamente após o trabalho ou aos domingos após a missa para conversar, beber e jogar”. Era comum que os homens fizessem viagens para o litoral ou águas termais, e as mulheres ficassem em casa tomando conta da propriedade.

Os encontros dominicais na missa também era uma forma de lazer entre homens e mulheres, dado que prezar pela vida religiosa era um dever de todos os integrantes da família. Depois que a comunidade estava estabilizada, por vezes, eram organizados bailes que seriam frequentados por toda a vizinhança. Muitas vezes, esses eventos eram malvistas pelos padres que proferiam censura. Os bailes que aconteciam na zona rural eram realizados no salão da comunidade ou em alguma casa de alguma família. O evento era muito esperado também pelas moças, pois dançavam e podiam namorar escondidas.

Segundo De Boni e Costa (1979), as festas da paróquia também foram eventos importantes para a comunidade camponesa e, ainda hoje, em muitas linhas do interior, as festas nos salões paroquiais, organizadas pelas mulheres que se encarregam das comidas servidas ao meio-dia, enquanto os homens encarregam-se do churrasco para que, durante a tarde, houvesse o baile.

⁶ Quebrante ou “amarelão” é como era conhecido a hepatite ou o raquitismo infantil, que deixa as crianças fracas e com um aspecto amarelado.

De Boni e Costa (1979) ainda informam que as moças solteiras deviam pedir autorização de seus pais ou irmãos para comparecer ao evento, e algum membro da família deveria acompanhá-las. O papel de acompanhante da moça era feito pelo pai ou pelos irmãos mais velhos.

A atenção dada na indumentária a ser usada era primordial e jamais a moça solteira poderia deixar o corpo à mostra nessas festas, pois a erotização do corpo era vetada na sociedade camponesa, sendo reservada para as mulheres que trabalhavam no entretenimento dos homens nos bordéis e pensões do centro urbano, por isso elas deveriam optar por vestidos mais recatados.

3.4 Mulheres e a educação na RCI

No que se refere à educação, a ideia de que a mulher é para o lar fez com que um expressivo número das descendentes de imigrantes fosse analfabeto ou semialfabetizado. Saber ler, escrever e fazer cálculos matemáticos não era necessário, visto que os negócios eram tarefas do homem da casa.

A educação não era vista como algo rentável e, mesmo que as meninas expressassem sua vontade de estudar, lhes eram negados esse direito, uma vez que ficando em casa elas iriam trabalhar e ajudar no sustento da família (DE BONI; COSTA, 1979). Além da dificuldade que as mulheres encontravam em estudar, havia o problema da falta de verbas para educação na colônia, dado que o governo provincial deixou para a iniciativa privada a solução do problema da educação.

Conforme afirma Giron (1998, p. 91): “entre os imigrantes havia professores com formação em sua terra de origem, seu número era insuficiente para suprir a carência de escolas na região”. De início, o colono que tinha um pouco mais de instrução, ou os raros professores que existiam na comunidade criavam pequenas salas de aula, utilizando intensamente as dependências da capela.

Os poucos filhos de imigrantes aprendiam a "ler e a contar" nestas pequenas escolas onde os mais instruídos se dispunham a ensinar as primeiras letras aos filhos dos vizinhos, no entanto, isso não impediu que o número de analfabetos fosse muito grande. A situação das escolas era precária em função da falta de recursos e do desinteresse do governo em investir em tal área. Sobre isso, Giron (1998, p. 91) apresenta os seguintes dados:

As pequenas escolas de professores italianos eram privadas, sendo que a mensalidade paga por aluno era muito baixa (um mil réis por mês em 1884), o que levou muitos mestres a deixarem o magistério. Os cônsules até 1894 procuraram subsídios para o funcionamento destas "escolas italianas", com a remessa de livros didáticos e outros materiais para o ensino. O subsídio do governo italiano não previa o pagamento dos professores, que deveriam contar apenas com as mensalidades dos alunos.

A falta da educação formal resultaria em muitos problemas no futuro da colônia, como a perda de terras para agiotas por contratos assinados sem o conhecimento do que estava sendo negociado. Nos relatos colhidos na pesquisa etnográfica, muitas mulheres contam que era comum perderem suas terras de herança, pois o marido as vendia com sua assinatura já que não sabiam ler. Também era comum que pais ficassem sem terras durante a velhice, pois os filhos faziam a mesma coisa tomando seu patrimônio por meio de contratos duvidosos.

Na região de Nova Milano, é possível entender como funcionava a escola colonial. De acordo com o histórico oficial da Escola Santa Cruz, em 1923, a Madre Antonieta Fontana, Superiora Geral das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, visitando o povoado de Nova Milano, em Farroupilha, considerou o local saudável, próprio para a instalação da Casa de Formação das candidatas à vida religiosa. Entretanto, devido à distância dos centros maiores e a dificuldade financeira pela qual passava a Congregação, não foi possível a instalação da Casa de Formação.

O então sacerdote de Nova Milano, Monsenhor Albino Agazzi, demonstrou o desejo de que fosse atendido o pedido para a abertura de uma escola paroquial, assim, as irmãs decidiram pela abertura da escola para os filhos dos primeiros imigrantes italianos em terras gaúchas. A figura 6 é vista a primeira construção da escola na comunidade rural. É possível observar o grande número de alunos já matriculados naquela ocasião.

Figura 6 - Escola Santa Cruz e seus alunos em 1930



Fonte: Acervo Escola Santa Cruz (2019).

As Irmãs da Escola Santa Cruz marcaram presença significativa nesse ambiente de pessoas simples e trabalhadoras. As irmãs da pastoral realizavam visitas às famílias, aos doentes, às pessoas idosas. Acompanhavam e dirigiam a liturgia na paróquia e nas capelas, preparando as crianças à Primeira Eucaristia, assistindo e vitalizando movimentos apostólicos infanto-juvenis.

Em 1975, a Escola Santa Cruz passou a integrar as escolas do município, com isso, passou a chamar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Cruz, pelo fato de ser o nome da Paróquia de Nova Milano,

3.5 Indumentárias na RCI

É necessário iniciar este estudo sobre a indumentária na RCI com uma citação do filósofo norueguês Lars Fredrik Händler Svendsen, pois é imprescindível compreender como a moda atua no entendimento de um grupo social.

Moda é uma forma específica de mudança social, independentemente de qualquer objeto particular; antes de tudo, é um mecanismo social caracterizado por um intervalo de tempo particularmente breve e por mudanças mais ou menos ditadas por capricho, que lhe permitem afetar esferas muito diversas da vida coletiva. (SVENDSEN, 2010, p. 16)

Moda e indumentária são explicadas como fenômenos culturais e comunicativos e, segundo Menti e Castilhos (2016), a moda pode ser considerada um instrumento de estudo

cultural que acompanha as mudanças sociais de cada época estudada. Os acontecimentos históricos como guerras, momentos de prosperidade ou pobreza, influências religiosas refletem a maneira de vestir das pessoas.

Há diversos conceitos de moda. Neste estudo entende-se moda como uma atitude relacionada a determinada maneira de vestir que se impõe e é aceita, reveladora das efemeridades do gosto, conforme Noronha (2013, p.19), constitui-se como um vórtice de infinitas renovações. A moda também é compreendida como um sistema individualizador, sendo uma ferramenta de construção identitária do indivíduo.

Conforme Cunha (2004), a moda é como modo de presença que dá existência ao sujeito em seu tempo e espaço, alicerçando sua construção identitária. Conseqüentemente, a moda também tem um caráter social, quer de identificação, quer de pertença, quer de distinção, etc. Também, para Lipovetsky (1987, p. 92), a moda deixa de ser entendida como algo “fútil, e passa a incluir uma dinâmica de pensamentos, cultura e valores”.

Sobre a moda, Noronha (2013, p. 19) relata que:

O entendimento da moda como resultado de uma manifestação cultural parte do pressuposto de que suas formas se tornam visíveis não apenas através da vigência de determinado gosto, mas de crenças e de valores que funcionam como marcas distintivas através das quais os sujeitos se relacionam. Assim, a moda transmite significados culturais.

A moda tem na ação cíclica e na efemeridade seus princípios básicos, por isso é preciso evidenciar a diferença entre moda e indumentária. Utiliza-se o conceito de indumentária, nesta pesquisa, pois segundo a doutora em Ciências Sociais, Gilda de Mello e Souza (2001), a definição de moda nem sempre existiu, sendo desconhecida por diversos povos. Sendo assim, o início da moda similar ao que conhecemos hoje só pode ser presenciado no final da Idade Média e início do Renascimento:

Só a partir do final da Idade Média é possível reconhecer a ordem própria da moda, a moda como sistema, com suas metamorfoses incessantes, seus movimentos bruscos, suas extravagâncias. A renovação das formas se torna um valor mundano, a fantasia exhibe seus artifícios e seus exageros na alta sociedade, a inconstância em matérias de formas e ornamentações já não é exceção, mas regra permanente: a moda nasceu. (LIPOVETSKY, 2009, p. 24).

A indumentária pode ser entendida como o uso do vestuário relacionado a épocas e povos, ou seja, todos os tipos de roupas que possuem formas, cores, materiais e acabamentos são determinados pelo seu objetivo de utilização. Segundo Zattera (2011), é por meio da

indumentária que se conhece o cotidiano de quem o veste, a sua intimidade, a sua vida, repetindo elementos e evidenciando as diferenças que lhes dão identidade.

Sob esse viés, a pesquisadora Diana Crane (2006) reforça o papel das roupas, como um sistema que estabelece e diferencia gênero, classes, profissões e identidades sociais:

A escolha do vestuário propicia um excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência que se considera apropriada num determinado período (que é conhecido como moda), bem como uma variedade de alternativas extraordinariamente ricas. Sendo uma das mais evidentes marcas de status social e gênero – útil, portanto, para manter ou subverter fronteiras simbólicas -, o vestuário constitui uma indicação de como as pessoas, em diferentes épocas, vêem sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de status. Nos séculos anteriores, as roupas constituíam o principal meio de identificação do indivíduo no espaço público. (CRANE, 2006, p. 21-22).

Nesse sentido, o vestuário acentua a dicotomia entre identidade e diferença, referenciado por Woodward (2012), na qual afirma que a identidade é relacional, isto é, a identidade de um indivíduo depende, para existir, de algo fora dela. Essa identidade, marcada pela diferença, tem símbolos concretos que ajudam a identificar nas relações sociais quem é, por exemplo, uma mulher humilde que trabalha nos parreirais, ou uma viúva que administra as terras herdadas do marido. Esses símbolos estão presentes na indumentária a ser estudada.

Com isso, é possível analisar a indumentária colonial feminina sob o viés do hibridismo cultural. Os imigrantes italianos estavam praticamente isolados em suas propriedades coloniais. Eles e seus descendentes pouco contato tinham com as etnias provindas de outras localidades. Por esse motivo o vestuário permaneceu com as mesmas características da região de proveniência da Itália por muito tempo.

As roupas eram usadas por um longo tempo e destinadas, depois do uso corporal, eram transformadas em panos para limpeza, sendo que algumas poucas peças sobreviveram a esse destino, incluindo os vestidos de noivas que eram desmanchados e utilizados como roupa de uso diário.

A história destes trajes é tão importante, que até hoje eles servem como inspiração nos figurinos oficiais das soberanas ⁷da tradicional Festa Nacional da Uva em Caxias do Sul e, também, no Encontro das Tradições Italianas (ENTRAI), que ocorre em Nova Milano desde

⁷ As rainhas e princesas, ou soberanas, destas festas, tem como função divulgar o evento e estar presente em todas as atividades culturais que antecedem a Festa, representando a cidade junto com as autoridades. Segundo Zanini e Santos (2013) a escolha das rainhas da Festa da Uva é algo que também narra um pouco da festa, das negociações políticas ali presentes e qual tipo de descendente de italiano seria o ideal a ser representado publicamente nas situações festivas.

1991. As roupas coloniais são reproduzidas nos trajes dos grupos de danças típicas, como é o caso do extinto grupo *I piccini di Milano*, (Os Pequeninos de Milão), grupo de danças típicas italianas formado em agosto de 1992, que representou Farroupilha em diversas apresentações folclóricas dentro e fora do estado.

Segundo a ex-coordenadora do grupo, Silvana Bristot⁸, o Grupo de Danças da Escola Municipal de Primeiro Grau Santa Cruz surgiu da necessidade de um grupo que resgatasse nossos antepassados vindos da longínqua Itália. Sendo Nova Milano o Berço da Colonização Italiana e o organizador do Encontro de Tradições Italianas (ENTRAI), consequentemente recebendo grupos artísticos de diversos municípios, a escola, por sugestão da Secretária da Educação e Cultura, Marlene Rozina Feltrin, formou o grupo que, inicialmente, era composto por poucas crianças que dançavam e cantavam, como demonstra a figura 7.

Figura 7 - Bailarinos do grupo I Piccini di Milano em 1994



Fonte: Arquivo da Escola Santa Cruz (2019).

Os bailarinos, na figura 7, posam para a foto na praça de Nova Milano em frente à Igreja Santa Cruz. O figurino do grupo, como é possível ver, era inicialmente baseado nas roupas simples da colônia, onde as mulheres usavam vestidos com poucos detalhes, lenços ou chapéu de palha, representando o trabalho na lavoura e os meninos vestiam suspensórios e camisas brancas, roupas que eram usadas nos encontros de domingo na missa. Essa indumentária representou a vestimenta das primeiras famílias de imigrantes na região.

⁸ A ex-coordenadora do grupo *I Piccini di Milano* gentilmente cedeu os seus diários e registros de classe para a elaboração deste trabalho.

A utilização do linho, que era comum na Itália, foi substituída pelo algodão, devido à influência de São Paulo, estado que liderava a produção de algodão na época⁹. As vestes eram confeccionadas em casa, cosidas à mão, ou com uma simples máquina de costura que as mais afortunadas ganhavam de presente de casamento ou no enxoval. As roupas mais novas eram vestidas em passeios aos domingos e idas à missa, as quais se diferenciavam, principalmente, pelos aventais. O uso do avental nos figurinos das bailarinas do grupo *I Piccini di Milano* tem seu significado explicado por Zattera (2011), que descreve que o avental, “*grambiule*”, foi o identificador das mulheres de ascendência italiana e fora trazido da Itália, permanecendo como característica das colonas e vindimeiras regionais.

Na figura 8, pode-se ver um figurino típico dos imigrantes provindos da região do Tirol, que sofreu forte influência germânica.

Figura 8 - ENTRAI, 2002



Fonte: Arquivo da Escola Santa Cruz (2019).

As roupas dos bailarinos da figura 8 são inspiradas nos imigrantes de províncias italianas próximas à atual Áustria, em que os adereços de flores na cabeça das meninas se faz presente, bem como o uso do colete transpassado e amarrado na frente, saias rodadas mais curtas e com o avental sempre presente, como visto na foto.

⁹ De acordo com Luna, Klein e Summerhill (201) A Mogiana e a Baixa Paulista destacavam-se pela produção de café: a primeira respondia por um terço da produção e a segunda por um quarto. A zona Central, embora com participação menor (13%), liderava a produção de açúcar, aguardente, algodão e milho.

A indumentária devia ser prática para a execução das tarefas domésticas, entretanto nas “roupas de domingo”. Era comum a aplicação de bordados e rendas nos aventais. Segundo Zattera (2011), o traje de domingo da mulher era composto por uma camisa larga (bata) e saia longa. Técnicas artesanais como o crochê, o macramê¹⁰, o tricô, e os mais diversos bordados, eram utilizados no vestuário. Essas técnicas artesanais, utilizadas para suprir as necessidades do lar, começaram a ser utilizadas, também, para a confecção do vestuário.

Nota-se que a indumentária da Itália foi levada para o Brasil no século XIX e, durante muito tempo, permaneceu sem sofrer interferências. Muitos eram os acessórios utilizados pelas mulheres, como a sombrinha, o lenço usado na cabeça, os xales sobre os ombros, o escapulário no pescoço ou o terço na mão, representando a forte religiosidade. Para as que tinham mais condições, era comum o uso de brincos, broches ou medalhinhas com imagens santas que seriam usadas no pescoço.

A arte de bordar era aprendida cedo pelas meninas, que com 8 ou 9 anos, já tinham os seus próprios bastidores e agulhas onde praticavam o ponto cruz¹¹. Esses bordados embelezariam os panos de prato da casa, enxovais, camisas e saias. A fabricação de trançados e rendas, também, era desenvolvido pelas moças.

Segundo Souza (2016, p. 27), “entre as rendas, eram utilizadas as técnicas de crochê, que foi a arte manual feminina mais significativa da região, macramê, a renda filé¹², frivolité¹³ e *nhanduti*¹⁴. O tricô também era uma técnica muito utilizada”. Essa destreza no manusear das agulhas resultou com que Farroupilha se tornasse um dos polos mais importantes do Brasil no que se refere à malharia retilínea (tricô).

A origem do setor de malharia retilínea, no Rio Grande do Sul, ocorreu em Caxias do Sul, e está relacionada à indústria de fiação e tecelagem implantada nessa região e à participação dos imigrantes italianos. Até o início do século XX, o processo produtivo predominante no estado era a fiação e a tecelagem plana, com o surgimento dos teares de malharia retilínea em 1920.

Para Laschuk e Rüttschilling (2014, p. 6), um dos motivos pelo qual ocorreu a proliferação de empresas de malharia retilínea “foi a facilidade de iniciação do próprio negócio

10 Espécie de passamanaria feita de linha grossa ou barbante que se entrelaça formando variados nós e desenhos, usado em bordados.

11 O “ponto cruz” é uma forma popular de bordado em fios contados na qual os pontos têm formato de “X”.

12 O Filé é um tipo de bordado sobre uma rede de fios que envolvem processos de complexa execução.

13 Frivolité é uma renda de algodão tecida com uma ou duas lançadeiras e um gancho de aço.

14 A renda *Nhanduti* ou Tenerife é uma categoria de renda difundida nos países latino americanos pela dominação Espanhola e que teria alcançado o Brasil especialmente através do Paraguai.

em casa, necessitando de pequeno investimento e podendo inclusive fornecer serviços às empresas maiores, o que acontece com frequência nos dias atuais”. O Polo de Moda da Serra Gaúcha envolve, atualmente, os municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e Guaporé, e, segundo dados do IBGE, de 2010, a população desse bloco econômico atinge 549.068 habitantes.

Conforme Zattera (2011), nos trabalhos femininos de agulha, eram utilizados fios e tecidos rústicos naturais. Os panos de louça e os lençóis eram confeccionados a partir dos sacos de açúcar que eram lavados e depois recebiam as aplicações dos bordados pelas mãos hábeis das mulheres da família. As peças que foram trazidas pelos imigrantes, e que também se tornaram características locais, são o avental, o corpete, a saia pregueada ou franzida, o lenço na cabeça e o lenço atravessado no peito.

A seguir, são apresentadas três figuras da mulher camponesa em diferentes fases da sua vida.

Figura 9 - A Eterna Grávida



Fonte: Documenta Costumes UCS – acervo online (2019).

A figura 9 mostra a vestimenta da mulher que, pelo fato de ter gestações consecutivas, precisava utilizar uma bata confortável, mas nem por isso simples. Tem-se a aplicação das rendas nos punhos e no busto, sempre acompanhada pela sombrinha e um calçado baixo.

Figura 10 - A Jovem Ítalo-Brasileira



Fonte: Documenta Costumes UCS – acervo online (2019).

Na figura 10, pode-se observar a representação da moça jovem na RCI. A jovem camponesa usa sua veste dominical ornada com o avental longo com rendas na barra e um broche de tecido, em forma de rosa na cintura. A saia de algodão exibe uma estampa discreta e recatada, combinando com a camisa fechada até o pescoço, e a moça usa um colar com a medalha santa e cabelo modelado, muitas vezes, feito com ferros ou pedras quentes no fogão a lenha.

Figura 11 - A Viúva



Fonte: Documenta Costumes UCS – acervo online (2019).

Na figura 11, observa-se a representação da mulher viúva na colônia. Segundo Zattera (2011), a viúva deveria vestir a cor preta como forma de expressar o luto pelo falecido marido. O uso do luto era optativo, mas deveria ter a duração mínima de um ano, e algumas mulheres optavam pelos trajes da viúva até o resto de suas vidas. O traje era composto por um vestido, ou blusa e saia na cor escura, sem muitos enfeites.

3 NARRATIVAS DE MULHERES DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS

Lidar com a memória é mexer com gente, com interpretações, com fatos históricos e, principalmente, com muita subjetividade. Lembrar nem sempre é um exercício feliz. Muitas vezes é doloroso remexer com os demônios do passado. O que se procura investigar nem sempre é encontrado na resposta verbalizada, mas, sim, em um olhar, em uma expressão corporal, em uma risada ou em uma lágrima discreta.

O papel da narração, da lembrança, da experiência, da temporalidade e dos espaços, na tentativa de compreender processos que permitiram a reconstituição de fragmentos de memória, expressos por idosas que permanecem no meio rural, é tentar compreender o conteúdo da memória e do hibridismo dos costumes ítalo-brasileiros por meio das vozes e análises.

Buscando evidenciar as vozes das mulheres pesquisadas, foram utilizados recursos da história oral, sendo assim:

As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. 2012, p.03).

Os indivíduos estudados compõem um grupo social de mulheres que moram na mesma localidade, de idades semelhantes. Muitas delas foram colegas de colégio e continuam amigas, outras se conhecem por meios familiares, ou são parentes distantes. Todas elas foram casadas, tendo o casamento interrompido apenas por viuvez. Essas mulheres narram questões de suas vidas, bem como o casamento, a família, o lazer, a sexualidade e a educação.

É preciso que a mulher seja uma mediadora entre as duas realidades, aquela que deixou para trás no outro continente e aquela que encontrou aqui, esse conhecimento entre as duas realidades, a italiana e a brasileira, foi transmitido por gerações. Concorde-se com Constantino (2006, p. 65) ao afirmar que se ouvem mulheres, “porque estão mais dispostas a falar, porque vivem intensamente o dia-a-dia e para que seja considerado o papel da mulher na imigração que, entre nós, foi sempre irritantemente um assunto masculino”. Essas mulheres que olham mais atentamente ao que escapa dos olhos dos homens tomam forma de memória coletiva.

A memória coletiva, por meio da narração, reafirma sua força de transmissão, pois, para continuar a recordar, é necessário que cada geração transmita o fato passado para que se possa inserir nova vida em uma tradição comum.

A categoria de “memória coletiva” foi criada por Halbwachs (2013, na qual discute que o fenômeno de recordação e das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. O autor pontua que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Nesse sentido, a memória de um indivíduo é constituída pela combinação das memórias dos diferentes grupos que está inserido. Esses grupos sociais podem ser a família, a igreja, a escola, o trabalho, entre outros. Ortiz (1985, p. 133) considera que além da memória coletiva se apresentar como tradição, “ela se estrutura internamente como uma partitura musical”. É na trama da interação social que o teatro da memória coletiva é atualizado. Para que a memória coletiva seja efetiva, é preciso que haja a repetição, mesmo que não linear, através da encenação dos mitos e revivendo sua teatralidade.

Na concepção de Halbwachs (2013), a memória é vista como uma ferramenta que mantém viva a tradição. É transmitida às próximas gerações e ao restante da comunidade, para que novas pessoas assumam a responsabilidade de continuar a encenar o rito: “As lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Consoante a isso, Michael Pollack (1992, p. 2) diz que a "memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes". Ainda, o autor descreve os principais constituintes da memória: o primeiro aspecto os acontecimentos vividos pessoalmente pelo indivíduo; o segundo são as "vivências por tabela", no qual o sujeito está inserido em determinado contexto social e, em decorrência da proximidade e da semelhança, ele passa a viver o sentimento de coletividade e inclusão do grupo.

Sob esse viés,

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 1).

Os relatos orais deste estudo foram feitos diretamente, em momentos alternados e em situações também diferenciadas, individualmente, ou com a presença de um membro da família

no início. Algumas mulheres optaram por conversar sentadas, com seus panos de bordar em mãos, ou caminhando, fazendo questão de mostrar objetos que contam histórias: fotografias, pequenos baús, caixinhas de joias, medalhas santas, até fronhas e máquinas de costura.

Para contextualizar, todas as entrevistadas, seis mulheres, nasceram em Linha Bôemios ou Nova Milano, na cidade de Farroupilha. Como o nome dessas mulheres não será revelado, será utilizada a denominação Entrevistada X1, X2, X3, X4, X5, X6, também é preciso ressaltar que não existe a necessidade em deixar a identidade destas mulheres na pesquisa, pois seus nomes neste momento não se fazem importantes, mas sim as suas histórias. Os familiares destas mulheres solicitaram que seus nomes não aparecessem na pesquisa, bem como algumas solicitaram.

As seis mulheres nasceram entre os anos de 1929 e 1933 e todas compõem a terceira geração de imigrantes italianos de diferentes partes do Vêneto. São agricultoras, cresceram entre a lavoura e os serviços domésticos e, ainda hoje, residem no mesmo local de nascimento. Frequentaram Escolas Étnicas e Grupos Escolares estabelecidos no interior.

Informações acumuladas de outras análises, resíduos e fragmentos de memória e narrativas aleatórias também foram incluídos nesta pesquisa, as quais foram revelando aspectos da experiência dessas mulheres, atribuindo significados e sentimentos do passado. Os tópicos não seguem uma ordem cronológica predeterminada porque não existe lógica no ato de narrar o que está sendo lembrado.

A intenção da entrevista foi sempre deixar as mulheres falarem, interferindo o mínimo possível. Sobre isso, Tedesco (2014, p. 23) afirma que “para os idosos, o simples fato de falar já era uma conquista de nossa parte e uma bela oportunidade de torná-los agentes e sujeitos de suas vivências, permitindo que pudessem se presentificar pelo passado por intenções transtemporais”.

Para este estudo, foi utilizado um modelo de entrevista semiestruturada, na qual as perguntas não ocorreram objetivamente, e a entrevista se desenvolveu como uma conversa informal, porém seguindo o seguinte roteiro:

- 1) Me descreva uma memória de infância que te traga felicidade. Ou um momento feliz da sua infância/adolescência.
- 2) O que você lembra dos seus pais enquanto você morava com eles.
- 3) O que você lembra sobre o trabalho na lavoura e na casa?
- 4) Me fale um pouco sobre o seu casamento. Como era a vida, o cuidar dos filhos, o lazer?

5) Você conhece outras mulheres que passaram por isso? Pode me contar um pouco?

6) Você considera que trabalhava mais que o seu marido?

7) Hoje, qual o momento mais feliz que você se lembra do seu casamento?

Optou-se pelo modelo semiestruturado, pois a vantagem dessa técnica é a sua flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação. A entrevista pode ser ajustada quer ao indivíduo, quer às circunstâncias. Visto que os indivíduos, ao serem entrevistados, nunca passaram por um processo similar, algumas delas não utilizaram a Língua Portuguesa para se comunicar, e se sentiram mais à vontade quando as perguntas foram elaboradas no dialeto italiano que elas conhecem. As entrevistas foram gravadas e, por fim, transcritas.

Esse material bruto foi processado de maneira a facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e conclusão, a partir de algumas técnicas da análise de conteúdo. Compreende-se a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de pesquisa, cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. Sobre isso, Bardin (2011, p. 15) diz que a análise do conteúdo é um “conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Nesta pesquisa, serão utilizadas as seguintes categorias de análise:

a) Família- analisar as narrativas e o papel da religião sobre a família. Entender a importância dada à questão religiosa e como isso funcionava como instrumento de controle da vida da mulher na colônia. Além da religião católica predominante no objeto deste estudo, são comuns os mitos relacionados a bruxaria e simpatias para a vida amorosa, criação dos filhos, prosperidade nas lavouras e etc.

b) Educação- enunciar o papel da educação na vida destas mulheres.

c) Festividades- descrever a importância das festividades na colônia por meio do viés do hibridismo cultural.

3.1 Categoria de análise: família.

Ao iniciar a conversa com a entrevistada, foi-lhe dito para que pensasse em algo que marcou muito sua infância. Poderia ser uma história que aconteceu com ela ou algo que acontecera com algum conhecido. A depoente X1, com um pouco de esforço, narra um acontecimento da vida do seu marido que a marcou:

Os avós do meu marido pegaram um barco da Itália pra cá, só que a *nona* tinha um bebê de dois aninhos, e ele ficou muito doente na viagem. Ele morreu nos braços dela e tiveram que jogar ele no mar. Eles contam que um monte de gente morria no barco e eram jogados no mar. A tristeza deixou a *nona* louca. Eles chegaram aqui nessas terras e ela viveu uns 2 ou 3 anos, morreu doente do desgosto. Ela só queria enterrar o filho dela mas não deixaram, não tinha como. (depoente X1)

Essa conversa inicial mostra um dos inúmeros casos de mortes que aconteciam nos navios precários que faziam a travessia dos imigrantes para a América. As doenças proliferavam-se com uma velocidade absurda, aliadas à falta de higiene e de condições sanitárias precárias dos navios.

Como enuncia o poema musical de Angelo Giusti (1924) sobre a chegada dos imigrantes na colônia: “*Trentasei giorni di macchina e vapore, e nella Merica noi siamo arriva*¹⁵”, na difícil travessia as pessoas chegavam com suas poucas roupas nas malas, mas traziam consigo certos costumes da sua região de origem.

Quando questionada sobre sua opinião sobre quem trabalhava mais na vida pós-matrimônio, a resposta foi enfática: "péssima! com certeza nós (as mulheres) trabalhavam mais que eles. Por que *nós cuidava* de tudo enquanto eles iam se divertir".

A entrevistada X2 também comenta a violência sofrida pelo pai: “*Nós era* pobre, tinha que dividir 1 ovo em 5 pessoas. O pai voltava pra casa da bodega sempre bêbado, batia em mim e na mãe”. Enquanto os homens usufruíam do seu período de descanso, indo caçar, pescar ou jogar cartas nas bodegas, as mulheres assumiam a jornada dupla de trabalho, exercendo outras tarefas como renda complementar.

Giron (2008) explica que da comercialização de produtos provenientes da horta e da criação de animais, as mulheres ganhavam o dinheiro extra que era revertido na confecção dos enxovais das filhas ou na compra de objetos para o lar, considerados como não importantes pelos maridos. Sendo assim, proliferavam as costuras para fora, a “confecção de tranças para fazer chapéus e cestas, de cortar palhas para cigarros, entre outras atividades”. (GIRON, 2008, p. 31).

Quando questionadas sobre medicina, ambas afirmam que ir ao médico era um luxo, e que somente em caso extremo visitava-se o “doutor” que morava na cidade próxima. A entrevistada x2 é assertiva em sua resposta quando lhe é perguntado sobre o que ela fazia ao ficar doente: “não podia ficar doente”. A entrevistada X1 reforça que o marido não deixava que

15 Trinta e seis dias numa máquina a vapor, e assim chegamos na América.

nem as crianças fossem ao médico e que, se quisesse, que chamasse a *stria*¹⁶. A depoente X2 comenta: “as mulheres tinham que trabalhar menstruadas e com dor e não podiam reclamar”.

Acreditava-se que se uma mulher pegasse muito sol durante a menstruação, ficaria doente, sentiria muitas dores, o que pode ser explicado pelo esforço que muitas faziam na lavoura. Sofriam de cólicas, desconforto e fortes hemorragias, causadas por disfunções uterinas que lhes eram desconhecidas. O trabalho durante a gravidez também era realizado, como a depoente X1 reforça:

Eu tinha que fazer o almoço pra levar pros homens na roça, era almoço pra 12 pessoas, eu pegava a mula e ia com as viandas pra eles. Eu estava de uns 6 ou 7 meses, quando fui atravessar um rio e a mula viu uma cobra na margem. Ela se assustou, eu acabei caindo e me machucando, mas mesmo assim levei a comida pra eles e matei a cobra com uma pedra. Ainda levei um tapa do meu irmão por ter virado a comida" (relato da depoente X1).

Quando doentes, muitas mulheres optavam em chamar o padre da colônia para dar uma bênção. Entretanto, o pudor fazia com que as mulheres não comentassem certos problemas de saúde relacionados ao sistema reprodutor feminino, conforme explica Del Priore (2004, p. 66):

Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. Esse imaginário, que tornava o corpo um extrato do céu ou do inferno, constituía um saber que orientava a medicina e supria provisoriamente as lacunas de seus conhecimentos.

Com isso, as benzedeadas e as parteiras ganhavam seu espaço na colônia, sendo na cura de doenças relacionadas à gestação e, até mesmo, a ajuda com abortos, controle de natalidade e até bênçãos de proteção nos bebês.

Nos relatos orais da depoente X3, que realiza esse tipo de trabalho na RCI, quando questionada: “alguma simpatia para o pós-parto, ou algum tipo de cura que as mulheres já procuraram a senhora?” ela comenta: “quando elas ganhavam a criança e o médico dizia que ele nasceu com o *simiot*¹⁷, eu ia lá benzer. Mas hoje tem bem menos que antigamente. Eu benzo

16 Mulher que realiza curas através de rezas, uso de ervas e outras simpatias.

17 Raquitismo ou desnutrição infantil.

também bebês com amarelão¹⁸, faço uma oração, mas não posso te falar o que é e a criança fica curada”.

Ao ser questionada sobre a procura de mulheres que desejam interromper a gravidez, ela é veemente: “eu trabalho para o bem e não para o mal”. Essa fala mostra como a indução ao aborto era vista na RCI, apesar de ser um ato proibido pela legislação brasileira, as práticas de aborto faziam parte dos serviços prestados por algumas parteiras ou benzedadeiras. A depoente X3, quando indagada se alguém já a procurou para tal finalidade, responde espantada: “iiiih já perdi as contas, mas eu não paro a criança não, isso quem faz é aquelas lá de baixo¹⁹ e eles cobram caro. Antigamente vinha muita mulher solteira e, também, as casadas me pedir chá para deitar a criança²⁰, hoje em dia vem poucas, mas ainda tem”. A fala da entrevistada mostra como ainda existe procura de métodos naturais como o uso de chás abortivos para interromper gravidez indesejada.

No que se refere à quarentena, que são os quarenta dias pós-parto, período em que a mulher deveria resguardar-se de esforços físicos, quando questionada se as mulheres descansavam nesse período, a entrevistada X2 relata: “Não tinha isso, já na semana seguinte a mulher já deveria estar de volta a suas atividades normais, e a irmã mais velha cuidaria do filho”. Ainda, ela conta uma história sobre sua sogra "ela teve 12 filhos, um deles ela perdeu enquanto passavam o arado puxado a boi. Ela ‘despejou a sujeira’ lá na roça mesmo e teve que continuar passando o arado”.

Giron (2008) descreve que o resguardo da quarentena eram privilégios que poucas mulheres tinham. No período do aleitamento acumulava-se o trabalho da casa entre outras atividades da propriedade. Esse excesso de trabalho explica em parte o “grande número de criança que morriam antes de completarem um ano de idade, e também o elevado número de abortos nos registros de óbitos de fetos” (GIRON, 2008, p. 37).

A depoente X4 relata que perdeu a mãe muito jovem, quando ela apenas tinha 5 anos de idade; o tom animado da conversa muda, e algumas lágrimas tentam aparecer nos olhos da mulher que conta o ocorrido: “minha mãe perdeu um bebê (aborto espontâneo), e acabou falecendo no hospital, ela teve hemorragia e perdeu muito sangue por uma semana, até que ela faleceu” e, continua: “ela tinha 33 anos, e já tinha 6 filhos e perdido 3 por abortos espontâneos, mas não sei o motivo” e finaliza com a frase “aquela época se não tinha muito filho não era

18 Hepatite ou outra doença que enfraquecesse a criança deixando-a com aspecto amarelado.

19 Aquela lá de baixo” refere-se aos curandeiros que moram em cidades na encosta da Serra, como São Vendelino, Feliz e Vale Real.

20 Deitar a criança: expressão usada para referir-se ao aborto.

família”. Essa última fala demonstra a valorização e exigência das famílias numerosas eram reforçados pela comunidade e pela Igreja.

De acordo Fuchina (2011), casais que demorassem a ter filhos, poderiam sofrer represálias, pois estariam vivendo no pecado mortal, por não estarem seguindo os preceitos da igreja ao praticarem eventuais técnicas pré-natalistas²¹. Conforme Giron (2008), o intervalo entre as gestações das mulheres se dava quando os maridos viajavam para trabalhar longe da propriedade, como confirma a entrevistada X2: “Éramos em 9 irmãos, a cada dois anos a mãe engravidava, nós era (sic) concebido na cachaça²²”. Em diversos casos, a diferença de idade das crianças era de menos de um ano, sendo assim, a mãe não conseguia delegar a atenção apropriada para o bebê, passando a responsabilidade para a irmã mais velha. As crianças, “espelhando-se nas atitudes dos pais, quando adultos repetiam os mesmos costumes, como um ciclo a ser cumprido durante a vida” (FUCHINA, 2011, p. 60).

No fragmento da entrevistada X2, é visto um dos exemplos de como funcionavam os papéis de gênero na RCI: “Ela (a mãe) fazia todo o serviço, semear trigo, cevada e centeio. Depois cuidava da casa e dos filhos os homens no tempo livre iam caçar, pescar, ou jogar cartas. Nós cuidávamos dos animais, da casa e dos filhos”.

Para compreender como se constroem os papéis de gênero na sociedade, é preciso entender o que é gênero. Assim como a identidade, o gênero é construído na diferença do outro. De acordo com Scott (1989, p. 21), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma primeira forma de significar as relações de poder”. Consoante a isso, o gênero serve, portanto, para determinar tudo o que é social, cultural e historicamente determinado.

Joan Scott delimita (1989, p. 15) o gênero como uma construção social, que pode ou não diferir do sexo biológico:

Por “gênero”, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideais, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, tudo aquilo que constitui as relações sociais. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas constrói o sentido desta realidade.

21 Técnicas pré-natalistas incluem qualquer método contraceptivo primitivo, desde o uso de chás, exemplo o chá de canela, carqueja ou arruda, pomadas, camisinhas, ou simpatias populares que viessem evitar a gravidez.

22 Ela conta que o pai sofria com o alcoolismo.

Com isso, entende-se a definição de papel de gênero, que, segundo a mesma autora, é “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura” (1989, p. 15.). É preciso frisar que estes papéis mudam de acordo com uma cultura para outra:

O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade - por exemplo, para a identidade sexual. A maternidade é outro exemplo no qual a identidade parece estar biologicamente fundamentada. (WOODWARD, 2003, p. 9).

Esse pensamento de Woodward está conectado com a questão do essencialismo, ou, como é tratado pelas teóricas de gênero, determinismo. A identidade está vinculada, também, a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como submisso à figura masculina da casa, como no caso das mulheres estudadas, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente visto como tal. A recusa em acatar as normas comportamentais vigentes implica na discriminação do grupo. Assim, entende-se que as construções dos papéis de gênero são tanto simbólicas quanto sociais.

A depoente X3, quando questionada sobre outra simpatia muito procurada por mulheres, comenta sobre a quebra de casamentos: “muita mulher me pede para quebrar casamento ou fazer o homem se apaixonar, mas isso é fazer o mal e eu não faço, quem faz vai cobrar caro”. Essa fala, em parte cômica, faz-se presente pelo fato de como os sentimentos e casamento serem algo distintos na colônia.

Quanto a isso, Dal Priore (2005, p. 18) em seu livro *História de Amor no Brasil*, explica que,

Na França ou na Inglaterra a história dos sentimentos se fez com exuberância e esteve, a partir da segunda metade do século XVIII, articulada com a emergência do amor romântico e da família burguesa. Na colônia, ao contrário, os sentimentos pareciam ligados a sociabilidades mais tradicionais.

Na RCI, entende-se que, para casar, não é necessário que haja o sentimento romântico, como afirma a depoente X3: “um homem queria casar comigo, eu tinha 16 anos e ele não veio pedir pra mim se eu queria casar, ele foi pedir pro meu pai, mas a mãe me disse: ele tem 5 filhos pequenos e é viúvo, tu vai dar conta fazer tudo? Ai eu disse que não e ficou por assim”. Nesse caso, a mulher pode escolher se casaria ou não com o pretendente; ela continua o relato: “meu irmão casou sem nunca ter conversado com a noiva, ele achava que o casamento era para ter uma mulher que ia ajudar a mãe no serviço, ele nem sabia o que se faz na noite de núpcias”

conta ela rindo, se referindo ao fato da ignorância do irmão não saber da existência das relações sexuais no casamento. Del Priore (2005, p. 60) explica que,

os sentimentos como que transpiravam das comunidades; as casas eram invadidas pelo olhar dos vizinhos, pela fala das comadres, pelos gritos das crianças que circulavam entre os domicílios. Os sentimentos afloravam diretamente da experiência concreta.

A Igreja apropriou-se, também, da mentalidade patriarcal presente no caráter colonial e explorou relações de dominação que presidiam o encontro entre os sexos. Del Priore (2005, p.22) explica que, “a indissolubilidade do matrimônio, estabelecida pela doutrina da Igreja Católica, era usada como principal argumento a favor de uma escolha cuidadosa visando ao futuro do que um entusiasmo presente ditado pelo interesse físico ou outros”.

Alguns provérbios antigos confirmam que a escolha do casamento não deveria ser associada ao amor, por exemplo: “quem casa por amores, maus dias, piores noites”; “por afeição te casaste, a trabalhos te entregastes²³”, entende-se que a racionalidade devia marginalizar a paixão ou a atração física.

O controle da Igreja exigia que a moça fosse virgem. A depoente X1 pontua que sua lua de mel foi na lavoura: “A minha lua de mel foi colhendo trigo”, ela também descreve que “(o pai) ameaçava as filhas que ele desconfiava não serem mais virgens, a matá-las com o facão”, reforçando a ideia do patriarcalismo na colônia.

Desse modo,

A honra da mulher está vinculada à defesa da virgindade ou da fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, na qual o homem é o legitimador, já que esta é dada pela sua ausência através da virgindade ou por sua presença legítima pelo casamento. (SOHIET, 1989, p. 303).

Em *História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)*, o valor e a pureza estariam representados pela preservação da virgindade até o leito matrimonial: “Na acepção cristã, a membrana virginal, em regra, é um símbolo absoluto de pureza e castidade, cuja perda fora do matrimônio implica o repúdio à mulher no seu meio familiar e social” (VANINI, 2008, p. 101).

Esse controle da moral pela Igreja pode ser explicado historicamente, já que, nos primeiros momentos em terras brasileiras, os imigrantes italianos necessitavam de uma

23 Mais provérbios como este em DEL PRIORE, Mary. *História de Amor no Brasil, 2005* e FROSI, Vitalina Maria, *Provérbios Italianos: Pérolas na Educação Informal dos Ítalo-brasileiros, 2015*.

orientação espiritual entre as famílias, o que só veio a acontecer cerca de um ano depois da chegada desses, como explica Manfroi (2001, p. 7):

Para uma vertente historiográfica eclesial, esta religião presente nas comunidades de imigração italiana seria o eixo organizador da experiência colonial, sendo que a reconstituição de seus valores culturais, centrais, centralizados em torno da religião católica teria permitido ao imigrante italiano, superar as dificuldades iniciais e fazer esquecer a terra natal.

O papel da memória foi muito importante na construção da identidade desse grupo social rural. A manipulação das memórias é capaz de criar um imaginário coletivo, no qual a religião torna-se âmago da colônia italiana e traz o sentimento de identidade e pertencimento que estava faltando desde a unificação da Itália entre o grupo social, como reforça De Boni (1980, p. 235):

o que os unia (os imigrantes) não era o sentimento de pátria, pois a Itália recém unificada implantou um Estado Moderno, para os imigrantes “pagão e subversivo”, que substituiu o papa pelo rei e deu as costas para a sua situação; nem mesmo a língua, pois cada grupo falava seu próprio dialeto, mas sim a religião.

Pollack (1992, p. 4) retoma que "a memória é um fenômeno construído", ou seja, sua organização em função das preocupações pessoais e políticas transformam a memória individual e, com isso, pode alterar a memória coletiva. Toma-se como exemplo a força da Religião Católica na colônia. A Igreja procurava criar uma identidade coletiva católica ao redor de ritos, orações, festejos, controle da moral e, também, da própria instituição ao integrar o imigrante ao programa eclesial.

Era imprescindível a presença de uma força reguladora na colônia, pois não havia nada que pudesse guiar os imigrantes em meio as florestas. Mesmo com o desenvolvimento urbano, essas mudanças não chegavam no interior, por falta de infraestrutura e pela distância geográfica. Esse controle religioso fora fundamental para o desenvolvimento cultural da sociedade.

Foi esta ligação forte com o catolicismo que criou o sentimento de continuidade e pertença a um grupo. Conforme afirma Pollack (1992, p. 5);

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Em um dos relatos apresentados pela depoente X1, ao ser questionada sobre a presença do padre na comunidade e da importância que sua família dava à religião, ela responde:

Tínhamos que rezar toda sexta-feira de Quaresma, tinha que cantar e rezar toda tarde. Era importante rezar. Se rezava o terço de noite, antes de dormir. A mulher puxava o terço ou filhos. Quando uma mulher engravidava se fazia novena, pro filho nascer normal. O padre dizia que não se podia ir pro cinema por que o bebe nascia "sem uma perna ou sem uma mão". Também a grávida não podia sair depois dos 6 meses de dentro de casa, só em motivo de doença. Durante a Quaresma não se podia comer carne nem podia cantar uma música alegre, somente podia cantar música de igreja, muito menos ir pros bailes pois o padre dizia que era pecado. Na semana santa se fazia vigília desde a quinta-feira, voltando a comer no sábado as 10:00 horas da manhã quando tocava o sino da igreja, aí tínhamos que lavar o rosto e comer alguma coisa. Ninguém se arriscava a não fazer o que o padre dizia pois tinha medo que ele falasse na igreja. (Relato da depoente X1).

Nessa fala, é possível perceber que existe um processo de regulação da vida em família. Essa regulação exercida pela Igreja, como descreve Pollack, é um "fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio da negociação direta com outros". A detentora da palavra X1, ao afirmar que "ninguém se arriscava a não fazer o que o padre dizia pois tinha medo que ele falasse na igreja", reforça que a busca pelo sentimento de pertença é algo inevitável. Ser apontada pelo padre durante um sermão resultaria na exclusão dessa pessoa do grupo.

A esse exemplo, aplica-se o conceito de memória enquadrada, descrito como o processo de enquadramento, que é "dar à memória uma forma específica, não permitindo outra que aquela predeterminada" (POLLACK, 1989, p. 9). Ainda, tem-se que "a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis" (POLLACK, p.54). Esse trabalho de enquadramento da memória é direcionado com uma intencionalidade de dominar o outro.

Pollack (1989, p. 8) observa em *Memória, Esquecimento e Silêncio* que:

Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização.

Sendo assim, a Igreja é uma organização na qual se trabalha com o conceito do enquadramento da memória. Os sacerdotes, por vezes, intencionalmente ou não, produzem

discursos que alteram o entendimento de cada pessoa. É nas memórias enquadradas que existe a possibilidade de coordenação das condutas humanas e, com isso, abrindo espaço para a permissão da injustiça e da violência.

Quanto a isso, Pollack (1989, p. 7) ressalta que, "Esse fenômeno torna-se bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de rearrumação da memória do próprio grupo". A Igreja construiu a sua imagem de acordo com as necessidades da colônia, colocando tanto poder no seu centro que, ainda hoje, encontra-se nas comunidades, principalmente as do interior, temerosos ao poder dos padres. Como discute Marques (2001, p. 619), "é inadmissível alguém se separar da esposa. O desquitado e o amasiado são isolados dos grupos comunitários". A construção do controle religioso e sua autonomia na liberdade familiar era necessária para que se estabelecesse o controle daquela população.

A questão da virgindade como pureza da mulher, que a Igreja reforçava, foi uma regra que vigorou nos costumes sociais por muito tempo. Durante a década de 1950, circulavam, no Brasil, várias revistas que tratavam de "assuntos femininos". Essas revistas traziam imagens femininas e masculinas, o modelo de família ideal – branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos – traziam regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Segundo Bassanezi (2004, p. 509), "Essas imagens, mais do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes de sua época".

Os títulos que tratavam dos "assuntos femininos" durante a década de 50 eram: *Jornal das Moças*, *Querida*, *Vida Doméstica*, *Você* e as seções para mulher de *O Cruzeiro*. Nesses títulos, são encontradas as normas de comportamento feminino vigentes da época: promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes, bem como a formação de uma família heteronormativa, branca de classe média, na qual a mulher é o cerne da estrutura familiar, cuidadora do lar e ambiciosa pelo matrimônio e maternidade, enquanto o homem é o provedor do sustento.

Sob esse viés, Bassanezi (2004, p. 512), relata que,

As moças de família eram as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem *mal faladas*. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes. Eram aconselhadas a comportarem-se de acordo com os princípios morais aceitos pela sociedade, mantendo-se virgens até o matrimônio enquanto aos rapazes era permitido ter experiências sexuais.

Os anúncios de comum circulação durante os anos 50 refletem o que se esperava da mulher na sociedade nesse período: uma mulher passiva, que soubesse seduzir, se vestir bem, ser exímia dona de casa e proporcionar a felicidade ao cônjuge na vida matrimonial. Isso não quer dizer que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, mas sinaliza as expectativas sociais que faziam parte daquela realidade sociocultural, influenciando atitudes e escolhas (BASSANEZI, 2004).

O casamento funcionava em grande parte dos casos como um contrato de preservação da propriedade, ou seja, com os pais criando alianças e realizando casamentos entre primos faria com que as divisões das terras na hora da partilha das heranças fossem favoráveis, como explica Colbari (1997, p. 7):

Outra maneira de preservar a propriedade, *neutralizando* a divisão da herança, era casar uma das filhas com o irmão da mulher de um dos irmãos (troca de casamento entre as famílias). Alguns filhos, ao se casarem, ou quando encontravam outra forma de sobreviver, renunciavam à herança; também acontecia a migração de famílias inteiras com apoio financeiro dos que ficavam.

Ao ser questionada sobre o seu casamento, a depoente X3 comenta:

Fui casada, por 27 anos, no começo *tava* bom por que ele não bebia, eu conhecia ele de tempo. Quando ele começou a beber foi horrível. Eu tinha 25 cabeças de gado para cuidar, mais 7 vacas de leite, tirava 80 litros de leite por dia, tudo a mão eu sozinha, para fazer queijo e vender. Todo dinheiro que eu ganhava do queijo ele levava pro centro para gastar em bebida” (depoente X3).

No que se refere à divisão do dinheiro dentro de casa, as entrevistadas reforçam o que Giron (2008) explica: não cabia à mulher ficar com o dinheiro da família, mas o homem. Tanto o pai quanto o marido jamais deixavam as mulheres cuidar do dinheiro. Segundo a entrevistada X1: "ele não me dava dinheiro nem para ir no médico". Ela ainda conta que se quisesse algum conforto dentro de casa, era necessário que ela própria o conseguisse: "num domingo saí de carreta com os 2 filhos e os 3 sobrinhos, na chuva de inverno até a outra cidade buscar uma cristaleira (armário de cozinha) que consegui comprar vendendo laranjas, enquanto ele *tava* na bodega jogando cartas".

A entrevistada X2 afirma que somente o marido e o cunhado podiam mexer no dinheiro: "a primeira vez que eu vi dinheiro foi quando recebi minha primeira aposentadoria". Giron (2008, p. 39) reforça que o papel da mulher na família e na propriedade “era subalterno, derivava daí sua submissão à vontade do chefe da família e a do dono da propriedade, que poderia ser seu pai, seu irmão ou seu próprio filho”.

A depoente X4 comenta que também tinha uma renda extra além do trabalho na lavoura: “perdi minha mãe com 5 anos, éramos em 6 irmãos, fomos morar perto da minha a vó. Ela tinha uma criação de marrecas, onde ela colhia os ovos para vender, e nós tirávamos as penas das marrecas para vender na cidade nas fábricas fazer travesseiro”.

A entrevistada X2 conta um caso em que, com muito esforço, conseguiu juntar dinheiro vendendo o excedente de sua horta na vizinhança: “juntei o dinheiro vendendo repolho para comprar o telhado para fazer uma casa para nós, pois tínhamos o terreno e meu marido deu os materiais do telhado para fazerem o ‘salão da igreja’”, conta com lágrimas nos olhos “por causa disso, tivemos que continuar morando com meu cunhado que me xingava sempre e minha cunhada que jogavam a comida que eu fazia fora da janela”. Finaliza com um vago: “só deus sabe quantas vezes eu me arrependi de casar” A entrevistada teve que cuidar do cunhado que a maltratava, mesmo após a morte de seu marido.

Outro problema enfrentado pelas mulheres era a divisão desigual dos bens. No caso da depoente X1, ela conta: "Ele (o marido) vendeu 2 hectares de terra que ganhei de herança. Uma tarde, ele chegou com uns papéis desenha teu nome aqui que é pra pagar o imposto da terra. Eu escrevi, mas era um papel que eu tava vendendo a minha parte. Sem eu saber ele vendeu e deu o dinheiro pro irmão que nunca pagou de volta. Fiquei sabendo dez anos depois". Os maridos ou irmãs das mulheres acabavam repassando suas terras, deixando-as na ignorância.

Sobre isso, Giron (2008, p. 43) explica que,

Não sabendo ler, a mulher assinava sem saber “os acordos desiguais. Não sabendo fazer contas, não poderia controlar os ganhos da propriedade, nem entender as ligeiras explicações que o marido as vezes fornecia. A ignorância afastava as mulheres da direção dos negócios e encaminhava-as para a total submissão às decisões do marido na aplicação da receita da produção.

O homem ganhava a terra dos pais em troca teria que cuidá-los na velhice. A depoente X1 afirma: "eu tive que cuidar dos meus sogros até a morte, a minha sogra cuspiu em mim”. Também, cuidavam das cunhadas e dos cunhados que ficavam solteiros. A mesma depoente declara: “cuidei por 40 anos meu cunhado que pagava para eu lavar as roupas dele e meu marido nunca me repassou esse dinheiro, fiquei sabendo disso quando ele morreu”.

Era função da mulher casada a de cuidar, além dos sogros, dos cunhados e cunhadas que por ventura ficassem viúvos ou não se casassem.

Eu tive que morar com as cunhadas que não gostavam de mim por minha família ser pobre, eles não tinham muitas terras. Eu tinha que cozinhar pra elas, eram 3 cunhadas, uma com problemas mentais, pro marido e pro cunhado e os sogros. Minhas cunhadas

roubavam tudo que eu tinha, ovos, sabão, até a minha medalha da Nossa Senhora.
(Relato da depoente X2)

A depoente X1 também teve que cuidar do cunhado que não se casou por cerca de 40 anos. Ela conta que assim que casou, foi morar com o marido, o qual tinha oito irmãos, mais os sogros. Ela precisava cuidar de todos e relata que foi a pior época de sua vida: “se eu não fizesse tudo o que minha sogra mandava, ela dava a comida dos porcos para o meu filho comer, mesmo assim cuidei dela e do meu sogro quando ficaram enfermos”. Depois da morte dos sogros e após todos os irmãos terem casado, o que ainda estava solteiro continuou morando com eles: “por quase quarenta anos eu tive que cozinhar e lavar as roupas pra ele”.

Pode-se entender, por meio desses fragmentos de narrativas de mulheres, como era a vida delas na RCI, a dura lida na lavoura e nos afazeres domésticos aliados a inúmeras gestações fizeram com que este grupo encontrasse sua fé na Igreja, mesmo que esta funcionasse como um órgão regulador da colônia. Os relatos mostram como a condição da mulher era difícil na RCI, também, mostra como os ciclos de violência de gênero funcionavam, pois os filhos repetiam o que viam os pais fazerem na infância e levavam para a vida de casado o mesmo modo de agir.

2.2 Categoria de análise: educação

Quando questionadas sobre a educação, todas elas comentam que suas lembranças mais felizes da infância estão relacionadas com a escola:

“Minha memória feliz era pular corda na escola e depois da aula ir nadar no rio com os amigos. Estudei até o ‘terceiro livro’. Mas eu não gostava quando a professora roubava as folhas do meu caderno para escrever carta pro namorado e eu apanhava dela se eu não deixava (Relato da depoente X2).

Minha memória feliz é ir pra escola e limpar o colégio, a professora varria o chão com a vassoura de palha e nós botávamos os bancos pra trás. Os guris também trabalhavam por que a professora era bem braba. (Relato da depoente X3)

Nos além de limpar a escola, tinha que fazer a merenda todos os dias. Nós limpávamos o pátio, os banheiros, junto com a professora e depois nós tínhamos aula. Não tinha caneta, mas era muito legal ir pra escola. Íamos a pé, quase sempre de pé descalço pra não gastar os sapatos. (Relato da depoente X4)

Segundo as três entrevistadas, as mulheres só podiam estudar até a 3ª série. Em raríssimos casos, elas podiam seguir carreira no magistério: “só se a família tinha muito dinheiro”, diz a depoente X2. Como visto, muitas iam à escola de pés descalços, enfrentando o frio, a geada, a chuva e percorrendo a pé longas distâncias. As três entrevistadas frequentaram

a escola quando tinham entre 9 e 12 anos. Enviar os filhos para a escola não era algo rentável para os pais, pois gastariam com compra de materiais, por mais simples que fossem, além de que não teriam ajuda das crianças nos serviços da lavoura.

Sobre isso, Costa (1986, p. 76) diz que,

Mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas.

Além disso, estava se tornando perigoso frequentar a escola devido ao surto de varíola na RCI. Isso fez com que as depoentes X1 e X2 abandonassem a escola, bem como os seus irmãos, para evitarem de contrair a doença.

No final do século XIX, a situação da educação no Brasil era precária. Na RCI, a situação era ainda pior, pois as verbas para criações de escolas eram praticamente inexistentes, o que levou a criação de escolas rurais. Assim, as crianças aprendiam a "ler e a contar" junto a outros colonos que se dispunham a ensinar os filhos dos vizinhos.

Mesmo com essas medidas, o aumento do analfabetismo só crescia, conforme informa Giron (1998, p. 90), que, a partir do “Levantamento dos Mapas Estatísticos da Colônia Caxias”, 63% dos imigrantes de sexo masculino sabiam ler, enquanto apenas 37% das mulheres eram alfabetizadas”. O número de mulheres alfabetizadas ser menor que o número de homens reflete os costumes patriarcais nos quais a mulher parava de estudar antes ou sequer frequentava a escola.

Como as crianças falavam dialetos diferentes, era muito difícil que conseguissem frequentar as poucas escolas públicas na área urbana da RCI. Segundo Luchese (2011), a solução encontrada pelo governo foi deixar o estabelecimento das aulas para a iniciativa particular, ou seja, os imigrantes mais capacitados seriam os professores. A autora ainda defende que entre os imigrantes, havia alguns professores com formação em sua terra natal, mas o número deles era insuficiente para suprir a necessidade das escolas.

Consoante a isso, Giron (1998, p. 90) relata que “entre os imigrantes da Colônia Caxias, apenas quatro se identificaram como professores, sendo os responsáveis pelas primeiras escolas particulares regionais. Foram eles Giacomo Paternoster, Abramo Pezzi, Clemente Fonini e Marcos Martini”.

As aulas eram ministradas em italiano dialetal, em salas de aula improvisadas ou em pequenas escolas de madeira construídas pelos próprios pais dos alunos. A escola, mais do que ensinar a ler, escrever e contar, serviu como um instrumento de reforço de uma nacionalidade italiana que estava tão fragmentada pela Unificação da Itália:

O papel da "escola italiana" foi importante na manutenção da língua e do culto da Itália como a pátria dos filhos dos imigrantes. A importância do professor como elemento de ligação entre os imigrantes e a cultura e língua italianas foi reconhecida pelo governo da Itália, que no final do século XIX designou o professor-agente, com o objetivo de fazer a ligação entre os imigrantes e as autoridades consulares italianas (GIRON, 1998, p. 91).

Com o incremento do ensino público, já no início do século XX, as pequenas "escolas italianas", que já não contavam com os subsídios do governo italiano, foram aos poucos deixando de existir. Nesse sentido, segundo Giron (1998, p.6), “os professores italianos das pequenas escolas, também eles imigrantes, aos poucos se enquadraram no sistema de educação pública”. Em meados da década de 20 já não existem mais escolas étnicas italianas na RCI, pelos seguintes motivos: inexistência de recursos do governo italiano; baixa qualidade de ensino; expansão do ensino público municipal; criações de escolas particulares e congregações religiosas e; as campanhas nacionalistas do Estado Novo (1937-1945).

Battistel e Costa (1982) mencionam as dificuldades de aculturação, os problemas de assimilação, a manutenção dos dialetos de origem, o bilinguismo e o posterior prestígio da língua portuguesa e, de acordo com Frosi e Mioranza (1975), os imigrantes na RCI falavam os dialetos de sua província de origem. Os colonos, quando instalados nas novas terras, não tiveram seus dialetos levados em consideração pelas autoridades. Esses dialetos, de diversas procedências, misturaram-se, formando comunidades étnico-linguísticas mistas. Desse modo, ocorreu, pela interação, o cruzamento dos dialetos e nascimento de formas híbridas, sendo que normalmente o dialeto falado pelo maior número de pessoas predominava.

Quando os imigrantes se dirigiam à sede da colônia, ocorria a interação com falantes da Língua Portuguesa. Com os desenvolvimentos social e econômico da colônia italiana, houve “grande evolução linguística, que ocorreu principalmente pelas necessidades agro econômicas e de subsistência que obrigavam a contatos interdialetais dos agricultores com a indústria (funilarias, ferrarias, comercio, etc.) dos centros das colônias” (TOSCAN, 2005, p. 40). Também é preciso considerar que ainda se utiliza forma dialetal em algumas linhas, principalmente na Linha Boêmios e em São Pedro, onde sua proximidade com os imigrantes

alemães de Alto Feliz fez com que muitas palavras híbridas ainda sejam utilizadas. Conforme explica a entrevistada X3:

Nós sempre moramos em Sete Colônias (nome da localidade) mas tinha a família dos Ruschel que falavam tudo em alemão eu acho, e quando iam fofocar ou falar mal de nós, porque nós éramos criança, até que começamos a entender algumas palavras, e quando queríamos esconder o que estávamos falando da mãe, nós usava a palavra em alemão mas falava como se fosse em italiano. (Entrevistada X3)

Estas interações e trocas dialetais, conforme a entrevistada X3 ressaltou, construíram um supradialeto na região Nordeste do Rio Grande do Sul, ou seja, a partir da influência dos dialetos entre si, formaram-se outros com a predominância de características de um sobre o outro. Segundo Toscan (2005, p. 41), essa predominância é causada pela maior “representatividade numérica de falantes de um dialeto ou pode ocorrer pela maior coesão do grupo numérico inferior ou por maior presença de falantes de um dialeto na indústria e no comércio ou por maior presença cultural de um grupo étnico”. Em síntese, “o dialeto que vingou não foi um dialeto puro, mas uma soma de características ou supradialeto, uma *koiné*²⁴” (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 67), que, equivocadamente, é conhecida por dialeto vêneto.

Falar o “dialeto vêneto” nas escolas passaria a ser proibido com a nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul que coincide com o período Pré-Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e, conforme o Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950, p. 247), consta:

Em 1919 resolveu-se que o português seja obrigado em todas as escolas mesmo paroquiais, e que o ensino seja ministrado nessa mesma língua. Alcançam-se por esta forma as escolas particulares localizadas em núcleos de população estrangeira, em muitas das quais os trabalhos escolares se desenvolvem a através da língua pátria de origem.

A fase do convívio pacífico no que se diz respeito à exposição dos costumes italianos vai ter o seu fim alguns anos depois, com a instauração do Estado Novo (1937 a 1945) durante o governo de Getúlio Vargas. Uma das políticas desse período foi para que os descendentes de “estrangeiros” que vivessem no Brasil e mantivessem vínculos pátrios com o país de origem, considerando o Brasil como apenas uma terra hospedeira, deveriam ser punidos.

²⁴ Koiné: O *koiné* é uma forma falada no cotidiano do povo. O *koiné* foi o primeiro dialeto comum suprarregional na Grécia, e chegou a servir como um *lingua franca* no Mediterrâneo Oriental e no antigo Oriente Próximo ao longo do período romano.

As campanhas de nacionalização feitas por Vargas e com o apoio de sua polícia foram impactantes e muito temidas. Segundo Zanini (2006), o Estado empregava o puro e simples terror nas pessoas buscando indivíduos que representassem características como: comunismo, ganância anti-cristã dos liberais, inaptibilidade dos estrangeiros e todas as possíveis conspirações contra o povo brasileiro.

De acordo com o Decreto-Lei nº 3.010, de 1938, o Conselho de Imigração e Colonização fez com que os movimentos migratórios para o Brasil diminuíssem drasticamente. Zanini (2006) pontua que, nesse Decreto-lei, estavam proibidos de entrar no país (art. 38 e art. 114) “indigentes, vagabundos, ciganos, congêneres, anarquistas, terroristas, extremistas, indivíduos que se entregassem a prostituição, ou que tivessem costumes imorais como o alcoolismo e taxicômanos”. A repressão foi grande e, com isso, também ficara proibido “hastear, ostentar bandeiras. Flâmulas ou estandartes, uniformes, distintivos, insígneas ou qualquer símbolo do partido político estrangeiro e também não poderiam organizar festas, passeatas, desfiles, comícios ou reuniões” (ZANINI, 2006, p. 156).

O terror e a humilhação estava presente a todo momento e em qualquer lugar. A depoente X1 confirma: “diziam que iam preso quem falasse italiano, mas eu lembro de nunca ter visto ninguém indo preso, mas nós morríamos de medo”. As mulheres entrevistadas, nesta pesquisa, estudaram durante o Estado Novo e atestam que era proibida a utilização de qualquer dialeto italiano na presença do professor.

A língua oficial nas escolas passou a ser obrigatoriamente o português (ou brasileiro, como as entrevistadas se referem). Essa mudança acarretou uma série de dificuldades, pois os estudantes não conheciam essa língua, apenas o dialeto que falavam em casa. O aprendizado de uma língua estrangeira, “num modelo de educação punitivo como era o do período deixou marcas nos descendentes mais idosos” (ZANINI, 2006, p. 156). Muitos estudantes eram punidos física e psicologicamente nas escolas pelo professor, conforme explica a entrevistada X2: “quando um aluno escrevia na prova em italiano, por exemplo “tijolo” e o aluno escrevia “*maton*²⁵” ganhava zero na prova toda”.

A escola teve um papel central na tentativa de se estabelecer uma identidade nacional brasileira. Sobre isso, a entrevistada X3 comenta:

Eu nunca apanhei por que não falava nada, mas os homens respondiam pra professora em italiano de propósito, ela fazia eles ajoelhar no milho. Ela não deixava nós escrever com a mão esquerda por que era coisa do diabo, ai ela amarrava a mão esquerda nas

25 Tijolo em dialeto vêneto

costas e obrigava a usar a direita. Ela dizia que se eles continuassem falando italiano ia chegar a polícia e levar todo mundo pros bugres. (Entrevistada X3)

Zanini (2006, p. 154) diz que o tempo, “construto social, dura de acordo com a experiência que se teve, conforme a intensidade marcada na subjetividade de cada indivíduo”. Nenhuma das entrevistadas sobe ao certo dizer quando puderam voltar a falar italiano em casa. Ao ser questionada sobre quem avisou que não podia mais utilizar o dialeto na escola e quando isso aconteceu, a entrevistada X1 comenta:

Foi a própria professora. Então *nós não falava* mais. Era difícil falar brasileiro por que não se sabia. O meu nono falava *brasileiro*, e foi dele que eu aprendi o pouco que eu sei. O nono era um de Farroupilha (referindo-se a parte central da colônia). Então ele *tava* perto da cidade e falava muita coisa em *brasileiro*, mas em casa nós falava mesmo o italiano. (Entrevistada X1).

O fato de toda a família dessa mulher se comunicar usando a Língua Italiana, por serem naturais da RCI, uma vez que o avô, que havia vindo da Itália (precisamente de Mantova), ficou muito tempo morando próximo à zona urbana para trabalhar na construção civil, fez com que ela adquirisse costumes diferentes do seu grupo familiar, como a aprendizagem do português. Esse processo pode ser entendido como aculturação.

O isolamento do etnógrafo da RCI correspondeu à concepção de cultura como unidades fechadas com os seus próprios valores, padrões de comportamento, crenças e práticas. No momento em que existe o contato com outro grupo cultural, como é o exemplo desse imigrante mantuano, avô da entrevistada X1, cria-se a noção da aculturação, a qual pode ser explicada como “os fenômenos que resultam da existência de contatos diretos e prolongados entre duas culturas diferentes e que se caracterizam pela modificação ou pela transformação de um ou dos dois tipos culturais em presença” (PANOFF; PERRIN, 1973, p. 13).

O Estado somente assumiu a educação nas colônias quando percebeu que as escolas dos imigrantes poderiam representar um perigo à segurança nacional (ZANINI, 2006) A proibição do uso da língua nativa dos imigrantes também é fortemente vetada nas ruas e dentro de casa, a entrevistada X1 ressalta a dificuldade que foi ter que aprender tudo o que já sabia em português: “Quando deu aquela virada²⁶ que não podia ninguém mais falar italiano, eu tive que trocar todas as orações que eu sabia em italiano pro brasileiro para poder fazer a primeira comunhão”.

26 “Aquele virada” refere-se às campanhas nacionalistas instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, anticomunismo e por seu autoritarismo.

Contudo, mesmo que as repressões não tenham ocorrido de maneira tão intensa como ocorreu em outras famílias de diferentes grupos étnicos, essas violências foram muito significativas na vida do imigrante, “elas permaneceram na memória coletiva como uma 'punição pelo mau comportamento' de determinadas pessoas” (DALMOLIN, 2005, p. 85). Isto é, existe a presença da formação de uma memória coletiva do não poder falar, relacionada a aspectos políticos e históricos presentes no cotidiano das entrevistadas.

Tanto a entrevistada X1 como a X2 frequentaram escolas rurais na região da Linha Boêmios e Linha Caravaggiato. Devido ao pouco tempo de estudo, conseguiam apenas aprender a assinar o nome, fazer operações matemáticas simples, o que fez com que, após casadas, ingressassem no Movimento Brasil Alfabetizado (MOBRAL), o qual foi criado em 1967, no período da Ditadura Civil-Militar Brasileira, pelo governo de Emílio Garrastazu Médici. Com isso, o Estado assumiu diretamente o controle da alfabetização de adultos.

A repressão ocorreu dentro do espaço privado, deixando as famílias com medo. Os pais incentivavam os filhos a utilizar o português e muitos chegavam a queimar móveis, cartas e fotos que remetesse à Itália. Na figura 12 é visto um dos móveis que foram salvos por um membro da família, que queimou baús e cômodas por causa dos entalhos típicos da região de Nova Milano.

Figura 12 - Cômoda Italiana



Fonte: Acervo da Bea

Os entalhos na figura 12 foram feitos pela família Radaelli, uma das primeiras a chegar em Nova Milano. Era comum esse trabalho de carpintaria ser ensinado de pai para filho, mas

também representava um símbolo da italianidade perseguida pelo Estado Novo. A entrevistada X6 comenta um caso que aconteceu com o seu pai:

Era lá por 1926 (ela se refere ao período da Coluna Prestes), meu pai se negou a dar as mulas pros militares que vinham saqueando a colônia, eles bateram nele e amarraram ele numa árvore de noite no inverno, ele ficou surdo de uma orelha com isso. Anos depois alguém falou pra um policial que nós tava fazendo filó em casa e arrancaram o bigode dele com um alicate, o pai não falava poucas frases em brasileiro, depois disso ele não conversou mais por muito tempo. Ele queimou uma mala com um monte de carta e documento que tinha de uns tios dele no porão da casa, a polícia nunca encontrou. Nós vivia com medo de chegar alguém ver que nós não falava brasileiro certo (entrevistada X6)

Conforme Dalmolin (2005) esse medo acontecia mesmo que não houvesse casos de prisões relacionados às famílias dos entrevistados. As outras entrevistadas comentam que nunca sofreram repressões, exceto as da escola pelo professor. Quanto à queima de documentos e objetos que remetesse a uma italianidade, isso representa uma fase de ressentimentos. Segundo Zanini (2006, p. 154),

Italianidade que, decorridos mais de 60 anos de emigração quando da vigência do Estado Novo, depois de estranhamentos e enraizamentos provocados pelo processo colonizador, deveria estar bastante transformada e hibridizada. [...] Muitos dos descendentes que viveram no período não conseguiram, de fato, compreender o que era desejado deles enquanto cidadãos, pois se sentiam a seu modo, brasileiros também. A assimilação da identidade de italiano, seria, ainda um processo longo e complexo.

Essa vigilância sobre os corpos criou um fenômeno no qual as diferenças foram cercadas pela violência em honra de um mito de nação brasileira patriota. Sendo assim, os colonos italianos precisaram abdicar de traços culturais próprios, para tentarem alcançar traços de brasilidade, mesmo que isso exigisse a renegação de um passado através das queimas de cartas e fotografias. Muitos deles, nessa época, abdicaram da sua nacionalidade italiana, tendo apenas a cidadania brasileira, problema recorrente para quem hoje em dia tenta o processo de dupla cidadania. Essa fase de construção da ítalo-brasilianidade fez com que esses imigrantes e seus descendentes assumissem à força a autoimagem de brasilidade.

3.3 Categoria de análise: festividades

Um traço bastante característico, principalmente nas colônias de imigração italiana e no Rio Grande do Sul, são as festas comunitárias. A valorização da identidade local pode ser

encontrada nessas manifestações culturais, pois funcionavam como um espaço de reforço do sentimento de italianidade que aos poucos vinha sendo fixado na colônia.

As festas coloniais normalmente eram vinculadas a algum culto religioso em homenagem ao padroeiro da capela, sempre tendo a presença da missa campal antes do almoço comunitário. A depoente X1 comenta: “As festas eram bonitas. A decoração era feita com fitinhas “ai que lindo que era”. As festas eram pro santo padroeiro da igreja, eu me lembro bem que era para São Pedro e para Nossa Senhora de Caravaggio”. Fazia-se o uso dos salões de festas da igreja, tendo em seu entorno capelas, santuários, basílicas e a própria igreja da comunidade, acentuando o caráter ítalo-brasileiro, na qual são conservados costumes que perpassaram gerações.

O culto à Nossa Senhora de Caravaggio e suas festividades são muito importantes para a cidade de Farroupilha, sendo o poder da religião mais influente do que o do Estado, era preciso que a antiga colônia tivesse um santo padroeiro como líder espiritual. Em meio a conflitos entre a escolha de entidades celestiais milanesas ou vênetas, lembrando que as duas regiões estavam tendo conflitos territoriais, e haviam imigrantes das mais diversas regiões da Itália, escolheu-se como padroeira a Santa Caravaggio, que, em 1432, apareceu para uma camponesa na pequena cidade Caravaggio que ficava na divisa de três dioceses: Cremona, Milão e Bérghamo.

Nossa Senhora de Caravaggio, como ficou conhecida no Brasil, é a representação da Virgem Maria. Foi um elemento tão forte na vida daqueles imigrantes, que seu culto é perpetuado até hoje. Há 139 anos, no dia 26 de maio, é feita a Romaria à Nossa Senhora de Caravaggio, com fiéis vindos das mais diversas partes do país para orar para a Santa. O mito dessa santa é muito próximo à realidade daquela sociedade colonial, o que pode ter resultado na criação de laços mais fortes ainda da "vivência por tabela" descrito por Pollack (1992). A Virgem de Caravaggio faz sua aparição para a camponesa Joaneta Varolli, uma mulher que sofria violência doméstica pelo marido alcoólatra que era ex-soldado, o Francisco Varolli. Na aparição, a camponesa teria recebido a mensagem de que se ela orasse o suficiente, seu marido pararia com os abusos.

O que faz com que, há mais de 100 anos, pessoas das mais diferentes localidades dirijam-se até o Santuário de Caravaggio para fazer promessas e agradecimentos, se eles vivem em um contexto tão diferente daquele dos primeiros imigrantes? O mito marcou tanto uma determinada população que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. Pollack destaca que "Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens." (1992, p.2), ou seja, não é preciso ter vivido na época

que a camponesa era abusada fisicamente pelo marido para senti-la como uma personagem contemporânea.

Pollack (1992) ainda enfatiza a importância do local, mais do que do tempo cronológico na construção da memória como mecanismo de pertencimento. Esses lugares estão particularmente ligados à lembrança:

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens nas colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento. (POLLACK, 1992. p. 3).

Logo, entende-se um movimento contrário no estudo da imigração italiana no Brasil. Tendo origem na península itálica, os imigrantes que deixaram suas terras em busca de novas oportunidades no Novo Mundo, trazendo consigo toda uma carga ideológica de lembranças, memórias e costumes, passando isso por gerações, quase como uma nova herança da família. Pollack (1992, p.5) descreve isso como sendo uma "ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade". O fenômeno entre memória e identidade sempre estará presente em um grupo.

Além da construção da capela, são encontrados diversos capitéis na região (GUTIERREZ; GUTIERREZ, 2000). Capitel não designava a parte superior de uma coluna, mas era o nome dado pelos imigrantes às pequenas capelas erguidas geralmente em homenagem a um santo de devoção, ou por uma promessa ou graça alcançada. “Em alguns casos, porque os capitéis não aparecem com o sinal das capelas - doação de terreno, lugar de lazer, lugar de escola... originaram-se mais de iniciativas particulares”. (ROVILIO COSTA, 1990, p. 534).

Em Linha Boêmios, são encontrados dois deles, respectivamente um em homenagem a Santo Antônio e a São Roque, conforme mostram as figuras 13 e 14:

Figura 13 - Capitel São Roque em Linha Boêmios



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 14: Capitel Santo Antônio, Linha Boemios



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Os capitéis de Linha Boêmios têm sua história de criação desconhecida, porém, alguns moradores mais antigos da região confirmam que foram feitos devido a promessas aos santos homenageados. Na região de Sete Colônias, que fica ao lado de Linha Boêmios, encontram-se mais dois. Um deles, construído em 1951, não tem um santo específico, mas contém imagens

de Nossa Senhora Aparecida, Santo Antônio, Nossa senhora de Lourdes e Nossa Senhora de Caravaggio, como pode ser visto na figura 16.

Figura 15 - Capitel em Sete Colônias



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Segundo a família dona das terras em que o capitel se encontra, o antigo proprietário, que viera de Mantôva, no norte da Itália, sofria de câncer de garganta, e prometeu o capitel caso se curasse.

O outro capitel encontra-se próximo a esse anterior e foi erguido em homenagem à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Tem datada de construção de 1948, como visto na figura 17.

Figura 16 - Capitel Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

As famílias de região contam que esse capitel também foi erguido para o pagamento de uma promessa, mas a família preferiu manter em sigilo qual fora a promessa feita.

Os capitéis foram construídos pela segunda geração dos imigrantes italianos que colonizaram a localidade, e pode ser compreendido como parte da memória cultural de Farroupilha. Estima-se que existam em torno de 100 capitéis na cidade, muitos foram depredados e destruídos nos últimos tempos, por isso não há um número exato.

Para entender o hibridismo cultural presente na RCI, é preciso, também, olhar para a questão gastronômica local. Segundo Ruggiero (2018), os italianos podem ser considerados os difusores de modelos e costumes gastronômicos típicos, que se beneficiou da riqueza das tradições das mais diversas regiões historicamente impregnadas de influências e sobreposições.

Ao lado da religião e da língua, a comida representa um elemento identitário muito forte. De acordo com o antropólogo italiano Ernesto Di Renzo (2014), em todos os processos migratórios a comida assume um papel catalizador de lembranças, é ela que vai oferecer uma possibilidade de se reconectar com lugares e com os afetos e origem.

Os imigrantes que chegaram do norte da península traziam consigo não apenas a esperança de serem donos de terras, suas roupas e seus objetos pessoais; muitos deles trouxeram, em seus baús de viagem, mudas de parreiras e sementes de diversas hortaliças e plantas em geral. O vinho produzido em Farroupilha, atualmente com prêmios internacionais, tem em parte traços de hibridismo cultural quando se analisa a sua história, visto que se levou cerca de dez anos após a chegada dos primeiros imigrantes para que as videiras europeias começassem a constituir os parreirais sem muito êxito, por isso utilizou-se a variedade americana da uva Isabel.

Essa falta de sucesso no plantio das videiras ocorreu pela diferença de hemisférios e por que muitas mudas secavam durante a longa viagem, “outras não brotavam e não cresciam, definhando sob a ação das geadas e de doenças criptogâmicas trazidas da Itália ou desenvolvidas na umidade das matas recém derrubadas” e, ainda, “a falta do vinho impunha grande sofrimento” (PIZZOL; SOUZA, 2014, p. 67).

Para que a compra de mantimentos fosse feita com os 700 réis que o governo dava aos imigrantes italianos, era preciso que eles se locomovessem a pé ou com mulas até o atual município de Feliz, no comércio de um alemão conhecido como Kasparly. Foi nessa travessia que Tomaso Radaelli, o patriarca de uma das três famílias que chegaram em Nova Milano,

deparou-se com o cultivo de uvas pelos alemães da região²⁷. Os imigrantes alemães que haviam chegado décadas antes obtiveram sucesso no plantio da uva Isabel, uma variedade híbrida proveniente dos Estados Unidos. O modo do plantio também foi adaptado com os recursos locais:

Foi entre os anos de 1839 e 1842 que a uva americana, principalmente a Isabel, foi introduzida no Rio Grande do Sul. Teria sido o cidadão gaúcho Marques Lisboa a remeter os bacelos dessa variedade, de Washington, ao comerciante Thomas Messiter, que com eles plantou os primeiros vinhedos na Ilha dos Marinheiros, tornando-se assim o iniciador do cultivo da uva Isabel no Estado. (PARIS, 2018, p.01)

Como explicado no livro *As memórias do vinho gaúcho*, não eram disponíveis nas colônias o arame liso para fixar as videiras, então eles repetiram a forma de construção dos parreirais utilizadas na região trentina: “aproveitando a abundância da madeira que sobrava do desmatamento dos lotes, sem custo algum, foi adotado o sistema de pérgolas para a construção dos vinhedos” (DAL PIZZOL; SOUSA, 2014, p.72). O grande entusiasmo foi o bálsamo e o reencontro do imigrante italiano com a sua origem.

A contribuição dos imigrantes foi que, desde muito cedo, eles criaram uma cultura gastronômica híbrida, definida “colonial”, ou seja, eram perpetuadas as tradições e sabores de suas origens, mas adaptado à disposição dos produtos locais, bem como a preparação da polenta, produção dos queijos, salames, geleias e, como citado anteriormente, o vinho. De acordo com a entrevistada X5,

Nós não tinha dinheiro pra comprar carne, era uma vez por ano. Os homens saíam pra caçar perdizes e codornas não era sempre que tinha a farinha de milho para fazer polenta pra comer junto. Muitas vezes fazíamos a caça com feijão de caldo grosso. Quando matávamos o porco, segurávamos a carne, mas dividíamos tudo os “miúdos” com os vizinhos, alguém ganhava os pulmões, o coração até as orelhas. Se alguém tava doente nós levava um pedaço de carne de porco de presente pra pessoa. A nona cozinhava tudo, não jogava fora nada por que tinha 8 filhos pra dar de comer. Na horta sempre tinha salada que dava pra plantar, muito radicci, porque é bom de comer com sabiá na panela.

De acordo com as memórias de Alice Gasperin²⁸ (2000), no seu livro *Ricordi de la colônia*, os imigrantes estavam aborrecidos em ter de comer sempre o feijão preto que era

²⁷ Tomaso Radaelli adquire algumas mudas do alemão Jacob Ruschel, que cuidava da propriedade. As uvas foram plantadas por seu pai Sebastião Ruschel. Outra fonte de mudas também foi o alemão Germano Nell que hospedou muitos italianos no pé da Serra. Memórias do Vinho Gaúcho, volume 1.

²⁸ Alice Gasperin nasceu em 1906, foi professora municipal em Farroupilha. A autora escreveu suas memórias non Talian falado nas comunidades onde viveu e trabalhou. Na sua obra são inúmeros depoimentos de pessoas que residem nas colônias. Mesmo com o riquíssimo material de Alice Gasperin, optou-se por não utilizar

fornecido pela Comissão de Terras e Colonização, bem como a farinha de mandioca e o charque. Eles eram acostumados a comer polenta com diversas variedades de verduras e acompanhamentos, como ovos, queijos e salames. Essas comidas não eram comuns de serem encontradas nas novas terras. A autora afirma que “ninguém sabia fazer salame como os italianos. Eles faziam também copas, codeghini entre outros” (GASPERIN, 2000, p. 73).

Desse modo, foram aprimorados os modos de produção e confecção de diversos produtos tidos como “coloniais”, desde a manteiga, o queijo e o requeijão. Sobre os modos de confeccionar o queijo, a entrevistada X6 descreve como sua avó costumava fazer o queijo sem os insumos e materiais adequados:

Nós morava muito longe da venda, e não tinha dinheiro pra comprar o coalho. A nona teve 12 filhos e o pai perdeu a mula num jogo de cartas, então pra poder fazer o queijo ela usava o bucho dos bezerros que morriam, tem uns bichinho dentro do bucho do boi que coagulam o leite e ela usava aquilo, ficava muito bom

Na Itália, “o consumo de queijos, *mascarpone* e manteigas eram privilégios dos *Signori*, os grandes proprietários de terra” (GASPERIN, 2000, p.140), por isso, mesmo com a dificuldade de conseguir os insumos para o envelhecimento dos queijos, era uma alegria que pudessem ter acesso ao consumo do leite e seus derivados livremente. Também, foram os italianos que trouxeram o costume de comer verduras junto às refeições. Segundo Ruggiero (2019, p. 164), “os brasileiros brincavam dizendo que os italianos comiam como cavalos: erva e milho”.

Por fim, os imigrantes trouxeram o costume de comer sopas de legume com caldos grossos. O *minestrone*, como é chamado, tornou-se o símbolo da integração entre as duas culturas, pois certamente não haviam todos os ingredientes necessários para a composição do prato, tendo que ser adaptado pelos colonos. Esse prato era preparado com as principais verduras do campo juntamente com a inserção de pedaços de carne seca e farinha de mandioca (RUGGIERO, 2019).

Os encontros vicinais, chamados de *filós*, por exemplo, eram muito comuns na RCI, principalmente na área rural. À noite, rezavam o terço diante da imagem, prática que ainda é feita em muitas famílias, e, após, os homens reuniam-se em um ambiente para jogar, beber

depoimentos de outros autores neste trabalho, pois aspirou-se trabalhar apenas com as entrevistas do grupo de mulheres citados.

vinho e tratar de assuntos como negócios e a vida cotidiana, ambientes que eram vetados às mulheres.

Elas reuniam-se em outro cômodo para falar sobre família, vida doméstica, culinária e, enquanto isso, filavam com a palha de linho e os fios de lã de ovelha para fazer vestes ou bordavam panos de pratos, roupas de cama, peças para os enxovais. Era comum que nesses encontros, dependendo da época do ano, fossem feitas as tranças de palha para a confecção dos chapéus e *sportas* (bolsas). *Filó* significa o ato de enrolar fio enquanto se aproveitava a atividade para encontrar-se e ter minutos de descontração, como comentam De Boni e Costa (1979, p. 227):

O filó propriamente dito, como institucionalização do lazer congregava várias famílias para conviver, conversar, comer e cantar. Várias famílias combinavam de se encontrar, ao entardecer, para juntas fraternizarem as próprias experiências. Nesses encontros floresceu a música, a poesia e o humorismo, próprios dos imigrantes.

Dos filós e das rodas de canções, nasciam bordados que contam histórias, os quais serviam como panos de decoração de fogões e pias, compunham parte essencial do enxoval das moças. Era preciso que fossem expostos na cozinha para que quem chegasse na casa visse o trabalho e entendesse que ali morava uma moça prendada.²⁹

A figura 18 demonstra um exemplo de um bordado religioso, no qual consta a representação da Virgem Maria segurando o Menino Jesus no colo, cercados por motivos florais. Os panos com estes tipos de bordados eram expostos pela casa nos feriados santos e nos dias de missa.

Figura 17 - Bordado para celebrações natalinas, 1943



Fonte: Acervo pessoal (2009).

Na figura 19, vemos um bordado de decoração de cozinha. Tecidos com essa temática evidenciavam a fartura na mesa. Eram colocados em frente ao fogão ou a cima da pia, como decoração.

Figura 18 - Bordado para domingos



Fonte: acervo pessoal.

O trabalho manual das antepassadas era exercido no filó, o qual foi passado durante as gerações para que as técnicas do bordado não se perdessem. Esse espaço de interação, criatividade e de subjetividade atuam como símbolos de um sistema identitário:

Fazíamos filó e tocavam música, cantavam, dançavam. As mulheres iam também é claro, algumas levavam até as crianças junto. Mas tinha um *malatia*³⁰ que corria para contar pro padre. A gente não fazia na da demais, só se divertíamos. O padre quando sabia, nos xingava muito, ele dizia que o diabo ia vir buscar todo mundo, ou que ele ia colocar fogo no salão com nós dentro (Depoente X1).

A fala da depoente X1 esclarece que o sentimento de italianidade também era reforçado pelos filós, como descrito anteriormente. O encontro social de parentes e vizinhos, realizados no porão da casa de alguém, em um paiol ou, por vezes, no salão comunitário da

30 Desgraçado/fofoqueiro

capela, consistia em, após o jantar, haver música, cantos, danças ou mesmo conversas animadas. Era um momento de integração entre homens, mulheres, idosos e jovens.

Segundo Laroque e Gomes (2010, p.7), “Na Itália, o filó era um pouco diferente do filó que ocorre no Rio Grande do Sul, pois lá o inverno é mais rigoroso e os vizinhos viviam próximos uns dos outros”. Sobre isso, José Clemente Pozenato (2000, p. 120) destaca que,

A experiência vivida nas regiões de emigração, com exceção das regiões de montanha, era a de uma vizinhança próxima, em pequenas aldeias - os *paesi*. [...] O regime de colônias, com propriedades familiares da ordem de 25 hectares em média, oferecido ao imigrante no Rio Grande do Sul, obrigava-os a residir na propriedade. Com isso, os vizinhos mais próximos já não estavam ao lado, mas a centenas de metros de distância, separados ainda, muitas vezes, pela floresta e por caminhos quase intransitáveis.

Os filós, como festividades, são considerados um exemplo de hibridação cultural, pois é um costume italiano que foi adaptado para o clima e distribuição geográfica do solo gaúcho. Esses encontros “serviam também para suportar a saudade da terra natal, dos parentes e amigos deixados na Itália, pois famílias inteiras foram divididas devido a esse processo imigratório” (LAROQUE; GOMES 2010, p. 7).

O filó também acontecia como uma reunião necessária para que fossem trocadas notícias sobre a Itália, em que era feita a leitura de cartas de parentes que haviam ficado no país. Bhabha (1998) estabelece que a cultura deve ser vista como algo híbrido, produtivo, dinâmico, aberto, em constante transformação. Como já citado, o sentimento de italianidade não era forte entre os recém-chegados, uma vez que estes se sentiam expulsos de uma Itália falida que não se importava com seus filhos³¹ (DE BONI, 1979).

Todos queriam participar dos filós, mas nem sempre era possível, conforme relata a depoente X1: “meu marido pulou fora da janela de casa com dezenove anos (o pai dele não deixava) para ir até São Pedro ouvir um gaiteiro tocar, algo que ele jamais tinha visto”.

Também, lembra de um fato sobre um encontro dominical na comunidade de São Pedro: “eu ia com uma sandália branca amarrada com um barbante peludo de amarrar salame e eu andava com o pé virado pra que ninguém visse”. Mesmo com poucos recursos, as mulheres conseguiam manter um resquício de sua vaidade: “minha mãe colocava umas pedras no fogo e

31 O slogan “*Morte ai padroni, evviva la Mérica!*” (Morte aos patrões e viva a América!) era comum. De Boni (1979, p.107) traz uma poesia popular oral que era um dos cantos de despedidas dos navios que partiam para o novo mundo, mostrando a infelicidade deles com a Itália. “*Noi italiani lavoratori/ Allegri andaimo nel Brasile/ E voialtri d’Italia Signori/ Lavoratelo il vostro badile/ Se volete mangiare*”.

enrolava o meu cabelo nelas bem quentes pra eu ficar com cachinhos, às vezes davam bolhas na testa pela queimadura”.

Os jogos típicos dos primeiros imigrantes italianos também podem ser vistos como parte integrante da identidade étnica:

Os principais jogos eram a mora, o jogo de bochas e o jogo de baralho. A mora era um dos esportes preferidos, que marcava os filós e encontros ao redor da capela. Eles reuniam-se em torno da mesa e gritavam 2, 2, 2, 2, 3, 3, 3, 3, 6, 6, 6, 6, com os dedos na mesa. Fazia ponto quem somasse o número certo proposto, somando seus dedos estendidos e os do adversário. É essa também uma das explicações da ligeireza dos imigrantes em fazer as contas mentalmente (DE BONI, 1982 apud LAROQUE; GOMES, 2010, p. 5).

A depoente X2 conta que muitos dos bordados³²dos seus panos de prato e das suas fronhas eram feitos durante os filós. Segundo Ribeiro (2005), o filó oportunizou o "surgimento do artesanato doméstico, quando as mulheres remendavam a roupa, teciam as rendas de crochê, fiavam e teciam o linho.

A tradição dos filós é tão forte na RCI estudada que, em 2018, o grupo folclórico farroupilhense *Nei Tempi del Filó* foi homenageado como Destaque Cultural do ano de 2018, em Farroupilha, como demonstra a figura 20.

Figura 19 - Grupo Nei Tempi del Filó

32 Ver figuras 18 e 19.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Farroupilha (2009).

Como visto na imagem, os integrantes do Filó vestem roupas típicas da colônia, evidenciando o avental nas mulheres e o uso do chapéu de palha, símbolo do trabalho na lavoura. O grupo teve origem em 1986, o qual reuniu um grupo pequeno de pessoas que cantavam em porões, além de saborearem a gastronomia típica italiana e depois contar piadas. A proposta do grupo é manter viva as tradições e costumes italianos oriundos dos antepassados.

Contribuindo para essa questão, Burke (2003, p. 101-102) salienta que:

em nosso mundo, nenhuma cultura é uma ilha. Na verdade, já há muito que a maioria das culturas deixaram de ser ilhas [...] todas as tradições culturais hoje estão em contato mais ou menos direto com tradições alternativas [...] as tradições são como áreas de construção, sempre sendo construídas e reconstruídas.

Dito isso, é possível refletir sobre como cultura é vista como algo dinâmico e em constante reelaboração. Ademais, compreende-se que a cultura, ao invés de ser o pressuposto de um grupo étnico, é, de certa forma, produto deste, ou seja, nessa perspectiva o grupo gera a cultura, a sua identidade, em função das situações históricas. Consequentemente, entende-se que não houve o puro e simples transplante de um costume italiano para dentro da RCI, mas houve o seu incremento em vista de novas necessidades do local. Sendo assim, no lugar de um projeto de vinculação à tradição, a cultura italiana do filó se desenvolve no Rio Grande do Sul como uma cultura híbrida, devido a suas adaptações aos costumes locais. O que se encontra na região de Farroupilha, como as entrevistas mostram, é o resultado do hibridismo de costumes vênéticos, lombardos e trentinos, que lentamente foram abrindo espaço para outras formas culturais.

Além dos filós, as festas religiosas foram muito importantes na consolidação da identidade dos imigrantes. As famosas “festas de colônia” ainda ocorrem nos interiores de Farroupilha e não mudaram muito desde as primeiras festas ocorridas no passado. Junto à Igreja, algumas famílias organizam a festa em homenagem ao padroeiro da comunidade, são os denominados “festeiros”. Semanas antes da festa, são chamadas pessoas da comunidade para trabalharem como voluntários na confecção dos agnolines para a sopa, o qual é um prato típico dessas festas. Normalmente, são as mulheres encarregadas da confecção das massas e preparo das saladas. Para a entrevistada X4, a semana de se encontrar para fazer os agnolines da sopa é uma “festa antes da festa”:

A gente se reúne um final de semana antes da festa, que aqui em Linha Boêmios é de 400 pessoas, tinha sempre umas vinte a trinta mulheres, as mocinha também vem, e tem que trabalhar. A gente cantava um monte de músicas enquanto trabalhava. A gente via que muitas das moça vinham trabalhar um pouco e namorar escondido os meninos que jogavam futebol no campinho do lado (entrevistada X4).

Além dos agnolines e massas para as festas, as mulheres repetem a tradição de suas avós de fazer pães em forma de pombinhas, os quais eram dados de presente às crianças que se comportassem e ajudassem os pais na lavoura. A figura 21 mostra os pãezinhos.

Figura 20 - Pães em forma de pombinha



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora (2019).

A entrevistada X4 deixou as pombinhas prontas enquanto respondia as questões sobre família, educação e festividades. Ela ainda salienta que “tenho mais de 80 anos e ainda vou ajudar nas festas da comunidade, seja verão, seja inverno, eu vou por que faz lembrar da minha mãe e das minhas irmãs quando nós éramos crianças”.

A iniciativa dos imigrantes de, junto à igreja, realizarem esses festejos foi essencial para o convívio das famílias, para que, nos primeiros anos em que chegaram, pudessem

estabelecer contato com outros conterrâneos e, principalmente, para que não se perdessem do caminho do catolicismo. Quanto a isso, Beneduzi (2008, p. 25) explica que

A Igreja utiliza todos os recursos disponíveis para mantê-los fortemente atrelados às suas determinações. Os sermões, as missões populares, o jornal, as escolas, as associações e as festas devocionais são instrumentos para o controle da comunidade, para que ela permaneça caminhando de acordo com as práticas do catolicismo.

Para Isneaghi (1997), a formação da identidade nacional de um povo é embasada em experiências concretas vividas em comum: é composta por mitos fundadores, por estruturas e símbolos comunitários, ou seja, as festas de colônia passam a ser um símbolo comunitário. Nota-se na construção das capelas um sentimento de saudades do *paese*³³ no qual a organização paroquial representa uma rememoração das práticas religiosas da comunidade de proveniência.

No espaço da capela, o sino e o campanário, considerados símbolos que integravam a identidade italiana, funcionavam, também, como demarcadores de uma geografização e historização da experiência comunitária. Assim sendo: “O sino sobre o campanário historiciza a identidade, lhe dá profundidade e respiração [...]; a comunidade adquire, outra identidade territorial, uma identidade temporal, logo uma identidade histórica” (BORZOMATI, apud BENEDEUZI, 2008, p. 62).

A proposta da capela diferenciava-se da paróquia tradicional, centrada no sacerdote e “sustentada” pelo império, e da igreja de campanha, sustentada pelo estancieiro que a mantinha, pagando os sacerdotes que oficiavam a liturgia e convidando os habitantes circunvizinhos para os momentos celebrativos. Nesse novo modelo de organização em que se constituiu a capela, ressalta-se a sua característica maior de realização espontânea do grupo que se organizou, traçou normas e escolheu dirigentes – os fabriqueiros- e que se sabia responsável por ela. (BENEDEUZI, 2008). A escolha dos santos que ornariam as igrejas também merece uma análise à parte.

A Igreja de Santa Helena da Cruz, em Nova Milano, como já supracitada, tem como uma de suas imagens a Madonina de Duomo, figura em bronze da padroeira de Milão que orna a Catedral com o mesmo nome. Outra escolha curiosa da paróquia é a imagem de Santo Ambrosio que fica ao lado direito do altar. Esse santo foi um arcebispo que se tornou um dos mais influentes membros do clero no século IV. Ele era prefeito consular da Ligúria e Emília, cuja capital era Mediolano, antes de tornar-se bispo da cidade por aclamação popular em 374, conta o falecido padre da Paróquia, Fabio Piazza, que a imagem é a única do altar que não é de

³³ Paese: vila italiana de onde o imigrante partiu

gesso, tendo sido confeccionada em madeira nativa pelos bugres que habitavam a Serra antes dos italianos, um deles, exímio escultor, aprendera a arte com os alemães e esculpiu a imagem para a Igreja, tendo seu nome desconhecido até hoje.

Outro aspecto do hibridismo cultural que pode ser notado é na denominação da constituição das diversas linhas e distritos batizados pelos recém-chegados em Farroupilha. São elas: Nova Milano, Nova Vicenza, Vicentina, Linha Caravaggio, Linha Paesi, Nova Sardenha e Vale Trentino (atual Forqueta que pertence a Caxias do Sul). Mais que um espaço físico, a vila constituía-se em um ente constantemente presentificado na memória de quem chega a uma terra estranha, uma vez que: “A formação e denominação de distritos e linhas ao interno das colônias lembravam a constituição dos *comuni* compressões e distritos, desde muitos séculos formadores da estrutura organizativa peninsular” (BENEDUZI, 2008, p. 62).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido a partir das memórias de mulheres descendentes de imigrantes italianos sobre as manifestações culturais da cidade de Farroupilha, objetivando analisar a participação de mulheres descendentes de famílias italianas nas manifestações culturais nessa cidade.

Foi possível inferir sobre os principais fatores que levaram italianos a imigrarem para o Brasil e para a região de Farroupilha. Emigrar já era comum na Itália ainda antes da Unificação daquele país. As questões referentes à política interna da Itália foram cruciais nesses movimentos, mas não foram as únicas. Com a Unificação, a Itália estrutura-se como mercado capitalista, permitindo a concorrência no campo e acentuando a crise camponesa, o que levou à desestruturação de algumas das formas tradicionais de viver em comunidade.

Os diversos anos de safras ruins, pestes nas lavouras e doenças foram percebidos como uma época de “má sorte” que logo levaram à escassez alimentar. O processo de industrialização e a mercantilização do campo fez com que o acesso aos insumos se dificultasse. Enquanto isso, as companhias de navegação inundavam os camponeses com propagandas de que na América não se morreria de fome. Os sacerdotes vendo o rompimento evidente dos valores da família, organizavam grupos que deixavam tudo na Itália e partiam para América.

Na ocasião, o Brasil consolidava um período pós-abolicionista que prezava por um branqueamento populacional e rejeitava o emprego assalariado de ex-escravos nas grandes lavouras que se formavam no país. As políticas internas passaram a estimular a imigração europeia como forma de solucionar essas questões.

Especificamente no Rio Grande do Sul, a imigração tinha o propósito de ocupação de terras devolutas que haviam sido preteridas pelos processos colonizatórios anteriores. Restavam, aos colonos italianos, lotes de difícil acesso e lida, localizados nas encostas da Serra e na mata fechada. A porta de entrada desses imigrantes, nesse estado, foi Nova Milano, atual município de Farroupilha, então pertencente à Colônia de Caxias do Sul.

Nas escolas estuda-se a Imigração Italiana como algo heroico, que os homens protagonizaram ao subirem as encostas de mata fechada enfrentando indígenas e animais selvagens para que, ao se estabelecerem em Nova Milano e construíssem casas, iniciassem o plantio das lavouras e suportassem as noites geladas de inverno. Mas raramente foi questionada a participação e a posição da mulher imigrante durante esses movimentos e, muito menos, qual foi a participação das descendentes dessas famílias nas manifestações culturais de Farroupilha.

Para tanto, considerou-se importante buscar embasamento em autores de diferentes áreas: sociólogos, historiadores, filósofos, pesquisadoras feministas, entre outros, a fim de

buscar a compreensão desse tema. A partir do embasamento teórico proposto, procurou-se compreender de que modo as mulheres participaram nas manifestações culturais em Farroupilha. Para isso, foi preciso entrevistar mulheres descendentes de famílias italianas e ouvir suas memórias e narrativas.

Nesse sentido, foi percebido que a memória está sempre vulnerável a mudanças culturais e políticas do presente, é um constante olhar do presente em direção ao passado que é seletivo e totalmente vulnerável aos os grupos que disputam por memórias, pois todas as sociedades têm memórias antagônicas. A memória sobre o passado também muda dependendo de quem tem o poder da narrativa naquele momento: quem tiver mais condições de defender e passar adiante uma narrativa é quem detém o poder sobre a memória, com isso pode-se alcançar a manipulação social de ideias.

Não se pode excluir o papel relevante da religião como sustentação da tradição do imigrante italiano, a qual marcou a memória de gerações nos mais diversos aspectos, desde como um elo de ligação entre o grupo, como disseminadora de um sentimento de nacionalismo, através da lembrança e culto a santos italianos, até mesmo passando por uma força reguladora caracterizada pelo trabalho do enquadramento da memória, onde a igreja influenciava diretamente a vida das pessoas na colônia.

As mulheres, isoladas dos centros urbanos, faziam da pequena propriedade o seu mundo. A comunidade em que estavam inseridas fazia com que elas se voltassem para grandes jornadas de trabalho, tanto na lavoura, no cuidado com os animais, quanto nas tarefas domésticas.

Demonizadas pelo forte e controlador discurso católico, o comportamento devia ser recatado, ao mesmo tempo que uma boa mulher precisava ser trabalhadora e caprichosa dentro de casa. Sua moral era comandada pelo padre da paróquia, figura de extrema importância na comunidade. Isso refletiu nas vestimentas dessas mulheres, que eram sempre tidas como conservadoras. Os poucos momentos de lazer que elas tinham resultavam nos encontros vicinais para cantar, contar histórias e bordar.

Outro assunto importante é a questão das fontes de pesquisa. O trabalho de questionar o passado e fazer com que a lembrança aconteça é um processo difícil e, muitas vezes, doloroso para quem o vivencia. Houve uma certa dificuldade na pesquisa, pois como dito anteriormente, a memória é moldável, ou seja, ela se altera por diversos fatores. Muitas mulheres precisaram reviver a morte de filhos, irmãos, pais, maridos, muitas com tristeza, algumas com um tom de alívio ao falar de um marido falecido. Essas fontes, por muitas vezes, foram desprezadas pela historiografia tradicional.

Quando contavam sobre as idas à escola, que coincide com o Estado Novo no Brasil, elas relataram, na inocência, que não podiam mais falar italiano, porém, todas as entrevistadas, até hoje não fazem ideia do que foi o Estado Novo e por qual motivo precisavam falar o “brasileiro”. Para muitas, essa parte das entrevistas foi a mais difícil de falar sobre, pois o medo estava sempre presente na família. A escola que era um local de brincar e conversar com os amigos sem o controle severo da família, era permeado pelo medo de ser preso por falar a língua que falavam desde pequenos.

No que se refere à economia, muitas mulheres conseguiram juntar uma renda extra através da venda do excedente dos produtos da horta e, com isso, faziam os riquíssimos enxovais das filhas. Mesmo com tantas adversidades e dificuldades na vida, muitas mulheres ascenderam economicamente e tornaram-se empreendedoras e conseguiram passar o negócio para as próximas gerações da família, como é o caso de diversas malharias em Farroupilha.

A partir desse cenário, retoma-se a questão que norteou esta pesquisa: de que modo as memórias de mulheres descendentes de imigrantes italianos ajudam a compreender as manifestações culturais da cidade de Farroupilha? Pode-se, então, concluir que as mulheres, mesmo não tendo sido ouvidas como deveriam, protagonizaram boa parte da história de Nova Milano e da cidade de Farroupilha, exercendo grande importância nas manifestações culturais da cidade até hoje. A participação dessas mulheres é vista nas formas de trabalho, na produção do vinho, cultivo das lavouras, nos bordados, na arte e artesanato, nas músicas, na culinária e nas festas de comunidade.

O legado deixado por elas perpassa gerações e continua presente na cultura da cidade. Os “filós” de Farroupilha, muitas vezes junto aos clubes de mães das comunidades, apresentam-se em várias cidades do Rio Grande do Sul, sendo que suas canções mostram a realidade da vida rural.

As festas nas comunidades próximas à Nova Milano são todas comandadas por mulheres, sendo elas que organizam os salões e se encarregam das comidas e vendas de ingressos, o costume antigo ainda é visto com frequência. Por fim, essa cultura híbrida entre Itália e Brasil é tão forte em Farroupilha que a cada quatro anos realiza-se o Encontro de Tradições Italianas (ENTRAI), em que são realizadas diversas apresentações teatrais, filós, bandas, exposições de vestimentas e ferramentas usadas pelos primeiros imigrantes, e fotografias.

Foram encontrados traços de hibridismo cultural através dessas questões mencionadas, mas, principalmente, no cultivo dos parreirais e na culinária, dada a falta de recursos e insumos para recriar o modo identido ao realizado na Itália, foi adaptando-se para os produtos que

havam na colônia. Com isso, resultaram novas formas e novas espécies de cultivos de uvas e novas formas gastronômicas que hoje são entendidas como “coloniais”.

Com isso, conclui-se que o papel da memória social é de extrema importância na construção das identidades culturais, ela é responsável por estabelecer diálogos entre o passado e o presente, transitando por diversas vivências. O uso de técnicas da história oral para relatar estas memórias fez com que as vozes das mulheres entrevistadas fosse ouvida e com isso pôde-se entender a magnitude e a força que estas memórias têm sendo assim possível entender como elas estão intrínsecas nas manifestações culturais da cidade de Farroupilha.

REFERÊNCIAS

Album Comemorativo 75° Aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos Anos Dourados.** Contexto, 2004

BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004

BASSANEZI, Maria Silvia. Migrações Internacionais - Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: **Nova História das Mulheres no Brasil.** Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2013

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: religião e costumes.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. 112p. p. 21.

BATTISTEL, Arlindo; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982.

BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos.** 2 ed. São Paulo, Contexto, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Editora UFMG, Belo Horizonte. 1998

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 1ª edição – Rio de Janeiro: bestBolso, 2014.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Unisinos, 2003

BOSCATTO, Claudino Antonio. **Memórias de um neto de imigrantes italianos pioneiros de Nova Trento.** Flores da Cunha: O Florense, 1994.

CARNIERI, Cristopher Augusto. **A italianidade em movimento: travessias e olhares.** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013

CASTILHOS, Denise. MENTI, Daniela Cristina. **A violência simbólica na sociedade: a moda como instrumento de dominação.** EFDportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 21 - Nº 216. 2016

CASTRONOVO, V. **L'industria italiana dall'Ottocento a oggi.** Milano: Mondadori, 1990

CENI, Franco. **Italianos no Brasil: Andiamo in Merica.** EDUSP, 2003.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Rev. bras. Hist.,** São Paulo , v. 17, n. 34, p. 53-74, 1997

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes.** Estudos Ibero-Americanos, v. XXXII, p. 63-73, 2006.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social, classe gênero e identidade das roupas.** Trad. Cristina Coimbra. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

CUNHA, Kathia Castilho. **Do corpo presente à ausência do corpo: moda e marketing.** Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004

DAL PIZZOL, Rinaldo. SOUSA, Sérgio Inglez. **Memórias do Vinho Gaúcho.** 2014

DALMOLIN, Cátia (org). **Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo.** Santa Maria. Palloti:2005

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul.** 3.ed. Caxias do Sul, UCS, 1984.

DELLA FLORA, Jussara Maria. **Rosas na coroa, pranto na vida: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense.** Dissertação (Mestrado em História) Orientado por Mário Maestri. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

DI RENZO, Ernesto. **Cibo, identità, migrazione: alcune riflessioni a margine dell'emigrazione italiana nel mondo.** Roma, 2014

Documenta Costumes UCS – acervo online. Disponível em: <http://vbaco05.ucs.br/>. Acessado em: 12 de dezembro de 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, Dec. 2002.

Fontes diplomáticas [recurso eletrônico]: **documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul** / org. HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO Gianpaolo. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2009

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: Processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira.** 1. ed. Caxias do Sul: Editora Movimento, 1975.

FUCHINA, Rosineri. **Mulheres Interrompidas: Relatos de Violência contra mulheres na Região Colonial Italiana 1980-1920.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2011.

GIRON, L. S.; BERGAMOSCHI, H. E. **A força das mulheres proprietárias: histórias de vida 1875-1975.** Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

GIRON, Loraine Slomp. **Colônia Italiana e Educação.** História da Educação ASPHE/FaE/ UFPel, Pelotas. Setembro, 1998

GOMES, Vanderlisa Ferreira. LAROQUE, Luis Fernando da Silva. **História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume do filó em localidades do Vale do Taquari/RS.** Revista Destaques Acadêmicos, Ano 2, n. 2,- CCHJ/UNIVATES, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. **“Gênero, violência e sofrimento”.** Antropologia em Primeira Mão, n. 6. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1995 (2ª versão: 1998).

GUTIERREZ, Ester; GUTIERREZ, Rogério. **Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IOTTI, Luiza Horn: **Imigração e Colonização Legislação de 1747 – 1915**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, vista através dos relatórios consulares**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

ISNEAGHI, Mario. **I luoghi dela memoria**. Roma: Laterza, 1997.

LASCHUK, Tatiana; RÜTHSCHILLING, Evelise Anicet: **A evolução da indústria têxtil do rio grande do sul sob o ponto de vista técnico, tecnológico e mercadológico**. 1º Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda 2014

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.; SUMMERHILL, William R. A agricultura paulista em 1905. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 153-184, Mar. 2014 .

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do efêmero: A moda e seu destino nas sociedades modernas**. 1987

MAGALHÃES, Magna Lima; ARAÚJO, Denise Castilhos de; SCHEMES, Claudia. Queixosas e valentes: as mulheres e a visibilidade da violência cotidiana. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 839-859, set. 2013.

MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana No Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais**. 2. Ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MATTÉ, Aline Karen. **Prazeres velados e silêncios suspirados: sexualidade e contravenções na região colonial italiana (1920-1950)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.

NORONHA, Renata Fratton. **A identidade regional celebrada no vestir: Rui Spohr e a moda que vem do sul**. Universidade FEEVALE, 2013

NOVAIS, Fernando. **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 3, 1998, Cia. das Letras, SP/SP

OLIVEIRA, Gláucia Fontes de. **Violência de gênero e a lei Maria da Penha**. Conteúdo Jurídico, Brasília: 06 out. 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PANOFF, M. & PERRIN, M. 1973. **Dicionário de etnologia**. Lisboa: Edições 70.

PARIS, Assunta de. **História da uva e do vinho: Breve história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul**. 2018. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/cidade/historia-da-uva-e-do-vinho>>. Acesso em: 12 out. 2019.

PEREIRA, Syrléia Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres.** Universidade Federal Fluminense. 2008

PERROT, Michelle. “As mulheres, o poder, a história.” In: _____. Os **Excluídos da História:** operários, mulheres, prisioneiros. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 167-184.

PETERSEN, Silvia. **A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX.** *Revista História*, v.1, p. 183-110, 1986-1987.

PIZZOL, Rinaldo Dal. **Memórias do vinho gaúcho.** Porto Alegre, RS, 2014.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro vol. 2 n.3 p. 3-15. 1989

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

POZENATO, José Clemente; RIBEIRO, Cleodes M. P. J.. Projeto ECIRS: Guardião de uma Cultura. In Cultura, Imigração e Memória: **Percursos & Horizontes.** EDUCS, Caxias do Sul. 2004

POZENATO, José Clemente. A cultura da imigração italiana. In: CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). **Raízes italianas do Rio Grande do Sul: 1875 - 1997.** Passo Fundo: UPF, 2000. p. 117-129.

POSSAMAI, Paulo César. **Dall'Italia Siamo Partiti:** A questão da identidade entre os imigrantes Italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Universidade de Passo Fundo, 2005

PRIORE, Mary del. **História do amor no Brasil - 2.** ed. São Paulo : Contexto, 2005

RAYMOND, Janice. **A Passion for Friends: Toward a Philosophy of Female Affection.** Beacon Press, 1986.

RECH, Tamara; RECH, Marco. **Scrivere per non dimenticare: l'emigrazione di fine 800 nelle lettere della famiglia Rech Checonét.** Quaderni 13, Feltre: Libreria Pilotto; Editrice Feltre, 1996.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **Anotações de literatura e de cultura regional.** Caxias do Sul: Educs, 2005.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUGGIERO, Antonio de. **Entre silêncios e releituras:** reflexões sobre memórias de imigrantes toscanos no Brasil. *HISTÓRIA ORAL*, v. 19, p. 149-162, 2016.

RUGGIERO, Antonio de. Colcha de retalhos. **Revista de História** (Rio de Janeiro), v. 72, p. 24-29, 2011.

RUGGIERO, Antonio de. **Al di qua dell'oceano:** a coletividade italiana de Porto Alegre no romance histórico de Pietro Azzi, 2017.

SANTOS, Cecília Mac Dowell; IZUMINO, Wânia P. “**Violência contra as mulheres e violência de gênero**: notas sobre estudos feministas no Brasil.” *Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe*, Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. New York, Columbia University Press. 1989.

SOHIET, Rachel. **Contradição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890 -1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Vivian. **A memória traumática da tortura**: contribuições do debate acadêmico para as possibilidades de reabilitação e esquecimento. *Revista Eletrônica Discente História.com*, Cachoeira, vol. 1, n. 2, 2013.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas**. A moda do século dezenove. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha**. 2007

SOUZA, Raquel Eleonora. **O legado estético da colonização italiana no sul do Brasil**. Universidade FEEVALE. Volume 2. Novo Hamburgo, 2016.

SVENDSEN, Lars. **Moda**: uma filosofia, Zahar, 2010

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória- temporalidade, experiência e narração**. Editora Universidade de Passo Fundo. 2014

TESTONI, Ines. Narração e reconstrução das raízes – entre gênero e reconhecimento da identidade da narradora, 2011. In: **Narrativas de gênero**: relatos de história oral – experiências de ítalo-brasileiros na Itália contemporânea. Luis Fernando Beneduzi, Gláucia de Oliveira Assis [organizadores]. - Vitória : EDUFES, 2014.

TONIZZI, M. E. **Merci, strutture e lavoro nel porto di Genova tra '800 e '900**. Milano: Franco Angeli, 2000.

TOSCAN, Mirian Peccati. **O comportamento linguístico na comunidade bilíngue ítalo-brasileira de Nova Pádua/RS**: identidade, prestígio e estigma linguísticos. UCS, 2014.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, São Paulo, 1988.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus**: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes : o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VALERIO, Gianina. **A emigração italiana para o Brasil (notas e observações)**. Università degli Studi de Nápoles, 1959.

VANNINI, Ismael Antônio. **Crescei e multiplicai-vos: o papel da mulher no projeto imigratório (serra gaúcha - 1890 – 1950)**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010

VANNINI, Ismael Antônio. **História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na (RCI) região colonial italiana do rio grande do sul (1938/1958)**, PUC-RS, Porto Alegre, 2008.

VENDRAME, Maria Inês. **Un viaggio senza ritorno: a trajetória de uma camponesa italiana no Brasil meridional**, 2017.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. 2003

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. **As Festas da Uva de Caxias do Sul, RS (Brasil): Historicidade, mensagens, memórias e significados**. 2013

ZANINI, Maria Catarina C. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção étnica na região de Santa Maria – RS**. SANTA MARIA: UFSM. 2006

ZATTERA, Véra Stedille. **Trajes do Imigrante Italiano no Rio Grande do Sul**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2008